

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BIANCA GONÇALVES OLIVEIRA

**JORNALISMO AMBIENTAL E AS FRONTEIRAS ENTRE
INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO SITE
G1 NA SÉRIE DE REPORTAGENS 'DESAFIO NATUREZA'**

VOLTA REDONDA

2019

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**JORNALISMO AMBIENTAL E AS FRONTEIRAS ENTRE
INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO SITE
G1 NA SÉRIE DE REPORTAGENS 'DESAFIO NATUREZA'**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo do UniFOA como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aluna:

Bianca Gonçalves Oliveira

Orientador:

Prof. Dr: Eduardo Jorge Nascimento de Oliveira

VOLTA REDONDA

2019



Fundação Oswaldo Aranha



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado JORNALISMO AMBIENTAL E AS FRONTEIRAS ENTRE INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO SITE G1 NA SÉRIE DE REPORTAGENS “DESAFIO NATUREZA” elaborado por Bianca Gonçalves Oliveira apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do curso de Jornalismo.

Aprovado em 21 de outubro de 2019.

Banca Avaliadora:

Eduardo de Oliveira

Professor Orientador

Eduardo Jorge Nascimento Oliveira, Doutor – UniFOA

Angélica A.S. Arieira

Professora Avaliadora

Angélica Aparecida Silva Arieira, Mestre – UniFOA

Rebeca Baltazar Chaves

Professora Avaliadora

Rebeca Baltazar Chaves, Mestre – UniFOA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que para mim é a base de tudo isso. E dedico também a minha mãe, família e amigos que estiveram durante esses quatro anos me apoiando, e também a minha cachorrinha, Princesa, que me proporcionou momentos de alegria e companhia quando o desespero tentava me dominar. E quero dedicar ao meu orientador, Eduardo Jorge, e agradecer por todo auxílio e conhecimentos oferecidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por tudo que Ele fez, faz e fará na minha vida. Agradeço a minha mãe que não poupou esforços para realizar o meu sonho. E agradeço também a todos familiares e amigos pelas orações e apoio nessa caminhada.

“Aquele que nos ordena a lançar a rede,
Ele mesmo a encherá com peixes”.

Charles Spurgeon

RESUMO

O trabalho questiona o modo de veiculação e a implantação das reportagens ambientais em um site generalista, e se as notícias são persuasivas ou apenas informativas. Para tanto, a pesquisa analisa a série de reportagens “Desafio Natureza”, do site G1, criado no começo de 2019 – pelo Grupo Globo – com o intuito de reunir informações sobre questões ambientais do Brasil e do mundo. Busca destacar a importância do jornalismo ambiental e apresentar os possíveis procedimentos originais que este campo agrega para a atividade jornalística em geral. A análise dos conteúdos se baseou na verificação das notícias escolhidas para constatar a utilização da ética jornalística, efeito do real e a objetividade para chegar à questão da pesquisa. No entanto, a hipótese foi confirmada ao longo deste trabalho, pois foi observado que além de informar, ocasionalmente, as reportagens especializadas sobre temas ambientais contêm um viés persuasivo, que pode vir a implicar no comportamento do leitor.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental; Site G1; Desafio Natureza.

ABSTRACT

The paper questions the mode of delivery and implementation of environmental reports on a general site, and whether the news is persuasive or just informative. To this end, the survey analyzes the series of reports “Desafio Natureza”, from the G1 website, created in early 2019 - by Grupo Globo - in order to gather information on environmental issues from Brazil and the world. It seeks to highlight the importance of environmental journalism and to present the possible original procedures that this field adds to journalistic activity in general. The content analysis was based on the verification of the news chosen to verify the use of journalistic ethics, the effect of reality and objectivity to reach the research question. However, the hypothesis was confirmed throughout this work, since it was observed that besides informing occasionally the specialized reports on environmental issues contain a persuasive bias, which may imply the behavior of the reader.

Key-words: Environmental Journalism; G1 Website; Nature Challenge.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 JORNALISMO AMBIENTAL	14
2.1 História do jornalismo ambiental	14
2.2 História do jornalismo ambiental no Brasil	16
2.3 Os marcos do jornalismo ambiental no Brasil	19
3 OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE E A PRÁTICA JORNALÍSTICA	24
3.1 Breve contextualização da Teoria do Espelho	27
3.2 Questões éticas	29
3.3 Breve descrição do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros	31
3.4 G1/Grupo Globo: códigos de princípios e de produção – código ético de conduta	32
4 BREVE HISTÓRICO E DESCRIÇÃO DO SITE G1	33
4.1 Estudo de caso	35
5 CONCLUSÃO	43
6 REFERÊNCIAS.....	45
7 ANEXOS	56

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Editorias do site G1	33
FIGURA 2: Série de reportagens ‘Desafio Natureza’, que pertence à editoria ‘Natureza’	34
FIGURA 3: Infográfico explicativo sobre o trajeto do lixo em Noronha	36
FIGURA 4: Locais de aparecimento da arara-de-lear na caatinga	38
FIGURA 5: Lead da reportagem	39
FIGURA 6: Recomendações implícitas ao leitor	40
FIGURA 7: Recomendações ao leitor	41

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: O lugar onde ninguém faz selfie: para onde vai o lixo de Fernando de Noronha.....	56
ANEXO 2: Arara considerada extinta volta à caatinga ao lado de onças e outras espécies avançadas	64
ANEXO 3: Parque mais procurado de MG reduz visitação pela metade e esperanças para garantir ‘turismo sustent�avel’.....	73
ANEXO 4: Saguis ‘invasores’ se proliferam em Florianópolis com ‘ajuda’ de alimenta�o indevida	88

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo ambiental é um campo relativamente recente. De acordo com Cardinalli (2013), esta especialização teve início na França, na década de 1960, e visa, por meio de reportagens especializadas, noticiar questões do meio ambiente no que se refere à fauna e a flora. No Brasil, segundo o artigo de Girardi, Loose e Camana (2015), o jornalismo ambiental no meio acadêmico e jornalístico, é um campo ainda muito novo. Dessa forma, buscou-se apresentar por meio deste estudo a importância das reportagens do jornalismo especializado para a atividade jornalística, em geral, e demonstrar também sua relevância social, política e econômica.

Mas, segundo Roberto Villar (1997,s/p), “o jornalismo ambiental não se limita à grande imprensa. Os jornais de bairro, rádios e televisões comunitárias também são alternativas importantes, pois permitem um envolvimento muito mais direto com o público”.

No entanto, o aprofundamento desta atividade jornalística ainda não é muito empregado nas matérias e reportagens dos meios de comunicação generalistas, fazendo com que o repórter peque pela superficialidade. Contudo, o cenário contemporâneo se mostra mais acessível para questões do jornalismo ambiental. Especificamente na TV Globo, onde o tema é abordado amplamente, em programas como “Globo Natureza”, “Globo Rural”, “Como Será”, dentre outros programas.

Dessa maneira, a pesquisa deste trabalho procurou saber de que forma a série ‘Desafio Natureza’ veicula os temas ambientais e como se caracterizam as matérias inseridas num portal basicamente generalista, elas possuem espaço e notoriedade? E é o dever dos jornalistas apenas informar ou também conscientizar? Estas foram as questões que nortearam o tema deste estudo.

E parte-se da hipótese de que além de informar, que é “a divulgação da informação, precisa e correta [...]”, que está previsto no artigo 2º que consta no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, as matérias especializadas aparentam ter uma linha de persuasão.

Com isso, avaliou-se que com a segmentação ambiental não seria diferente. Em suas reportagens notam-se muitas explicações e detalhes que compõe um texto

mais elaborado e completo. Desse modo, foi analisado que o consumo de notícias especializadas pode vir acarretado não somente com informações, mas também com a persuasão dependendo do ponto de vista de quem lê a matéria.

O jornalismo ambiental tem como base a qualificação da informação e o desenvolvimento do debate ambiental (MUNIZ, 2009). Com isso, o objetivo deste estudo foi compreender melhor as reportagens especializadas, voltadas ao segmento do meio ambiente e destacar a importância da atividade jornalística ambiental.

Além disso, a pesquisa apresentou os possíveis procedimentos originais que o jornalismo ambiental agrega para a atividade jornalística em geral, identificou a veiculação das reportagens de uma editoria especializada dentro de um site jornalístico generalista e analisou que as reportagens têm mais tanto o caráter informacional como o de conscientização/persuasão, isto é, elas passam a informação e em certo ponto do texto tende a construir uma linha de conscientização ou convencimento, por meio de objetividade, efeito do real por meio de imagens e também a partir da ética jornalística.

O objeto deste estudo, o site G1, que é mantido pelo Grupo Globo desde 2006 – ano que foi lançado – estrutura-se como um site de notícias generalista. Mas, em 2019, ele abriu mais um espaço para o jornalismo ambiental e criou a série “Desafio Natureza”, que em suas reportagens vem mostrando as riquezas e preocupações ambientais do ecossistema brasileiro e mundial.

Para a verificação desta hipótese, a presente pesquisa estruturou-se em três capítulos. No primeiro, é efetuada uma contextualização sobre o tema jornalismo ambiental, no qual há um levantamento bibliográfico com busca de dados em livros e artigos sobre o início deste campo jornalístico e os seus acontecimentos.

No segundo capítulo há o levantamento e coleta de material referente à pesquisa sobre a objetividade na prática jornalística, uma breve análise da Teoria do Espelho, e também trata sobre as questões éticas jornalísticas. Bem como, uma breve descrição do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e um breve contexto sobre os princípios e condutas do site G1.

E no terceiro capítulo há a análise do site G1, utilizando a técnica de análise de conteúdo, para obter a interpretação do discurso, com base no referencial técnico e teórico. Onde foi feita a verificação de quatro reportagens de um total de mais de 50 que foram veiculadas na série 'Desafio Natureza'. As escolhidas foram: 'O lugar onde ninguém faz selfie: para onde vai lixo de Fernando de Noronha'; 'Arara considerada extinta volta à caatinga ao lado de onças e outras espécies ameaçadas'; 'Parque mais procurado de MG reduz visitação pela metade e espera a oes para garantir 'turismo sustent avel'; e 'Saguis 'invasores' se proliferam em Florianópolis com 'ajuda' de alimenta o indevida'.

O critério de escolha das reportagens foi devido ao grande destaque que elas receberam na página inicial do *site* – algo que pressupõe que   feito raramente com reportagens especializadas sobre temas ambientais – e por também tratarem de assuntos distintos, sendo que duas notícias falam sobre lugares e as outras duas falam sobre animais.

2 JORNALISMO AMBIENTAL

Este primeiro capítulo trata do jornalismo ambiental, uma nova área do jornalismo especializado, que busca atender às necessidades do público sobre assuntos sobre o meio ambiente. Esta segmentação vem ganhando pouco a pouco espaço nos meios de comunicação, mas, de acordo com Mendes (2012), é muito clara a falta de profundidade das reportagens e matérias neste segmento.

O autor explica que tal complexidade refere ao enfrentamento que os jornalistas passam ao terem que relacionar os assuntos sobre o meio ambiente com elementos sociais, econômicos, culturais e políticos.

2.1 História do jornalismo ambiental

O jornalismo ambiental é uma atividade jornalística que surgiu em meados do ano de 1960, na França, e tinha como finalidade debates sobre problemas ambientais, de acordo com Campos (2012).

O que era defendido nos primórdios desta especialização do jornalismo não se diferencia do que é mantido hoje em dia, que é a busca pela defesa de um meio ambiente melhor, não pensando somente na geração atual, mas também nas futuras.

A busca pela preservação da natureza e uma vida ecológica melhor é algo que vem relevância e notoriedade pela humanidade há pouco tempo, como foi definido por Fante, Massierer, Moraes e Motter (2018).

Porém, pode-se perceber que a cada ano a sociedade experimenta cada vez mais a integração de temas ambientalistas, seja na televisão, rádio, jornal ou internet. Mostrando para o público, a realidade que o planeta Terra está enfrentando há décadas, mas que só há pouco tempo aparece como destaque nas mídias.

O jornalismo ambiental é uma especialização do jornalismo, com todas as regras gerais da profissão. A reportagem de meio ambiente tem que ser “vendida” como qualquer outra matéria. Deve ser novidade e de interesse público. A linguagem tem que ser simples. [...] O repórter tem que oferecer boas manchetes para disputar espaço nas redações, e se diferenciar com um trabalho de qualidade. Quando fizer denúncias, deve ter provas suficientes para enfrentar a reação dos poluidores, e a pressão dos editores. (VILLAR, 1997, s/p).

Entretanto, pode-se dizer que a proposta sobre jornalismo ambiental foi recebendo forma em 1968, com a Conferência da Biosfera em Paris, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Segundo Carneiro (2011, p. 8), o objetivo da conferência “seria montar uma base científica de alto nível para o uso racional e conservação dos recursos, e marcou a entrada do termo biosfera na política internacional”. Ainda, segundo o autor, em várias partes do mundo foram criados locais de estudos e atuação de profissionais, para que houvesse a preservação de lugares e biomas considerados relevantes.

Segundo Pretarca (2008, p.30), “[...] em 1971 foi construído o primeiro relatório do Clube de Roma, o qual chamava a atenção do planeta para os limites do crescimento”.

No ano de 1972 Dennis L. Meadows e um grupo de pesquisadores publicaram o estudo Limites do crescimento. No mesmo ano aconteceu a conferência de Estocolmo sobre ambiente humano. Nem a publicação do Clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo caíram do céu. Elas foram a consequência de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente que, de forma esparsa, começaram nos anos 60, e ganharam no final dessa década e no início dos anos 70 uma certa densidade, que possibilitou a primeira grande discussão internacional culminando na Conferência de Estocolmo em 1972. (BRUSEKE, 1995, p.15).

Mas, de fato, a consolidação sobre questões ambientais nos meios de comunicação se deu em 1972, com a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi realizada em Estocolmo na Suécia. Segundo Passos (2009, p. 7) a Conferência de Estocolmo

[...] foi a primeira Conferência global voltada para o meio ambiente, e como tal é considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais.

O autor também afirma que esta conferência resultou em indagações que motivam até hoje os indivíduos para que colaborem com a evolução da conferência, que marcou uma fase prestigiada na eco política mundial.

Segundo Hannigan (1995), conforme citado por Pretarca (2008), o final dos anos 60 e o começo dos anos 70 foi a época em que os jornalistas da Grã-Bretanha e da América do Norte começaram a pensar em questões ambientais. “Antes desse período, sobretudo nos EUA, os jornalistas tinham dificuldade em reconhecer a

temática ambiental como uma categoria especial de notícias separada da temática da conservação [...]”. (PETRARCA, 2008, p.31 apud HANNIGAN, 1995, s/p).

2.2 História do jornalismo ambiental no Brasil

No Brasil, segundo Belmonte (2015), o jornalismo ambiental se estabelece ligado ao jornalismo científico. O jornalismo científico é definido por Colombo e Levy (2012, p. 111) como um “[...] instrumento mais eficaz de popularização do conhecimento científico, possibilitando sua apropriação pela sociedade e servindo de ferramenta de educação para a ciência”.

A autora também explica que esta vertente do jornalismo tem que se basear em um texto com clareza e leveza, para passar ao público uma informação que venha ser de entendimento geral. E, segundo Pena (2008, p. 206), “o jornalismo, então, seria usado para interpretar a informação científica e produzir conhecimento sobre a realidade”.

Segundo Bueno (2001), o jornalismo científico não deve focar apenas no consumo, mas sim na virtude da informação. Desfragmentando as notícias que antes tinha apenas propensões lucrativas.

O jornalismo científico nada mais é do que o jornalismo sobre ciência. Se a frase parece redundante, ela enfatiza que, antes de mais nada, o jornalismo científico é um tipo de jornalismo, portanto é o conjunto de práticas e valores dessa atividade aplicado à cobertura de notícias de ciência e tecnologia. Assim como as outras editorias, como esporte e economia, a editoria de ciência tem suas especificidades, mas está subordinada aos princípios produtivos e éticos do jornalismo. (COSTA, 2010, p.21).

Foi em 1970 que o jornalismo ambiental “nasceu” no país, segundo Lopes e Lemos (2013). De acordo com os autores, com a preocupação sobre a decomposição ambiental surgiu, neste período, no Rio Grande do Sul, uma aliança entre jornalistas e a população a respeito da questão ambiental.

A população estava incomodada com o mau cheiro exalado pela indústria desativada e se organizou em torno do que ficou conhecido por “movimento ecológico gaúcho”, influenciado pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger. O envolvimento da sociedade e dos profissionais de comunicação com as questões ambientais e os problemas urbanos possibilitou ainda, em 1990, a fundação do Núcleo Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013 de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), pioneiro no país. (LOPES; LEMOS, 2013, p. 3 e 4).

Segundo consta no livro de Boas (2004), na década de 70 muitas notícias e reportagens sobre o meio ambiente pautavam as grandes imprensas brasileiras, mas muitas das vezes eram excluídas ou não tinham encadeamento.

Porém, segundo Villar (1997), foi em 1989 que o jornalismo ambiental se firmou no país, com o seminário 'A Imprensa e o Planeta' que aconteceu em São Paulo, proporcionado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação de Jornais. Três meses depois, em Brasília aconteceu aquele que seria o marco do jornalismo ambiental brasileiro. Realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o seminário foi para 'Jornalistas sobre População e Meio Ambiente'.

Segundo Boas e Fonseca (2004, p. 21), "nos lugares onde as ONGs ambientalistas são mais atuantes e organizadas, o noticiário ambiental tende a ser mais frequente devido ao trabalho dos ecologistas". Porém, Villar (1997), diverge de Boas e Fonseca (2004) a respeito das veiculações de notícias e/ou reportagens ambientais.

A imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade na pauta das discussões públicas. As exceções são fruto de um esforço pessoal e isolado. O meio ambiente é manchete e ganha espaço e tempo na cobertura diária quando acontecem desastres, ou quando os assuntos repercutem no exterior, como a morte de um ecologista famoso, as queimadas e os desmatamentos na Amazônia e na Mata Atlântica. A pauta ambiental ainda vem das agências internacionais. (VILLAR, 1997, s/p).

Segundo Bueno (2007), o jornalismo ambiental abrange várias pautas e dúvidas, definindo campos multi e interdisciplinares, que contribuem com muitos saberes e competências. Para o Bueno (2007, p.35), "a multiplicidade tem impacto na própria cobertura do meio ambiente pela mídia, de tal modo que se pode contemplar matérias em vários cadernos, editorias ou veículos".

Em 1992, aconteceu no país a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. Novaes (1992) afirma que os desdobramentos desta reunião têm uma grande importância nos aspectos científicos, diplomático, político social e da comunicação.

A ECO-92 aconteceu no Rio de Janeiro, em um período de muitos eventos, de acordo com o *site* BBC News Brasil ¹(2012): “o mundo havia recém-saído da Guerra Fria e a Europa assinava o Tratado de Maastrich, um marco para a formalização da União Europeia. Ao mesmo tempo, a agenda ambiental ganhava força e passava a ser discutida por toda a sociedade”.

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foram proclamados 27 princípios básicos sobre o desenvolvimento sustentável global que, segundo Ramid e Ribeiro (1992, p.154) são essencialmente “acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento [...]”.

Além disso, ocorreu na ECO-92 a proposta da Carta de Terra, que só foi aprovada em 2000.

A Carta da Terra representa uma contribuição importante para uma visão holística e integrada dos problemas socioambientais da humanidade. Ela, na verdade, assume as melhores e mais seguras intuições da ecologia e as torna fecundas na elaboração de uma nova visão das coisas na qual se fundamenta uma espiritualidade e uma ética novas. (BOFF, 2006, p. 79).

E, por fim, a Agenda 21 foi assinada por mais de 100 países, na ECO-92. De acordo com Malheiros, Phlippi e Coutinho (2008, p. 10) “[...] a Agenda 21 brasileira explicita as grandes questões a serem enfrentadas e pactuadas entre governo e sociedade para atingir a sustentabilidade ambiental [...]”.

Conforme diz Rabelo (2002), a Agenda 21 trata de tudo que é a respeito da saúde do planeta. Tudo que afeta direta ou indiretamente o ecossistema, as normas da Agenda 21 entram em funcionamento para obter resultados favoráveis.

“[...] a Agenda 21 é um abrangente programa de ação com finalidade de dar efeito prático aos princípios aprovados na Declaração do Rio. Deve ser implementada pelos governos, agência de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes, em todas as áreas afetadas pelo meio ambiente, a partir de seu lançamento (14 de junho de 1992) prolongando-se pelo século 21”. (RABELO, 2002, p. 34).

¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120612_grafico_eco92_rio20_pai>. Acesso em: 25 maio 2019.

Contudo, Girardi (2012, p. 147) fala que “em jornalismo ambiental tudo é informação, incluindo o próprio ambiente, o espaço e as diferentes manifestações que abriga”.

Porém, segundo Pretarca (2008), após a Eco 92, houve uma diminuição da circulação de reportagens ambientais na imprensa. E isso, segundo Pretarca (2008, p. 36), “[...] está relacionado à própria dinâmica de funcionamento dos meios de comunicação social, pois a manutenção ou o aparecimento de um assunto na mídia não depende apenas das condições perigosas e prejudiciais que os problemas carregam [...]”.

2.3 Os marcos do jornalismo ambiental no Brasil

Segundo Fante, Moraes, Massierer e Motter (2018), um funcionário público chamado Henrique Luís Roessler criou em 1955 no Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza (UPN), sendo assim, a primeira organização ambientalista do país. Roessler teve sua atuação no jornalismo ambiental, segundo Pereira (2011, p.13), por meio de “[...] crônicas publicadas no jornal Correio do Povo.”. Totalizando assim, segundo Fante, Moraes, Massierer e Motter (2018), mais de 300 crônicas semanais entre 1957 e 1963.

Em 1957, Roessler começou a escrever semanalmente no Correio Rural, suplemento do jornal Correio do Povo. Publicou cerca de 300 crônicas sobre a temática ambiental, onde analisava os problemas, criticava os desperdícios, denunciava a má administração e o desleixo das autoridades para com as áreas naturais. Roessler foi o único presidente da UPN, que se desfez com sua morte, em 1963. O trabalho de Roessler foi muito importante como iniciativa de educação para a proteção dos elementos naturais, antes das teorizações sobre educação ambiental. Roessler foi um grande divulgador da proteção à natureza no Estado, a partir de sua experiência prática e das leituras que realizou. [...]. (PEREIRA, 2011, p.11 e 12).

Segundo Motta (2010), existia também fontes significativas como a do agroquímico da *Basf*, José Lutzenberger, que divulgava informações sobre as ameaças da globalização no enfoque ecológico e repudiava o uso de agrotóxicos. Ainda de acordo com o autor, em 1962, Rachel Carson denunciava e indicava em seu livro *Silente Spring*⁴, o nascimento do movimento ambientalista. E também em 1991, na revista *Imprensa*, o jornalista Washington Novaes mostrava caminhos para uma cobertura de uma notícia ambiental com mais relevância, esclarecendo que a

imprensa brasileira focava mais em catástrofes ambientais e perdia as boas pautas que estavam surgindo.

Randáu Marques, segundo Colombo (2010), foi o primeiro jornalista no país que se especializou em jornalismo ambiental. Em 1968, Randáu foi preso pela Operação Bandeirante (Oban). Segundo Cardinali (2013, p.3), o jornalista “foi preso por ser considerado subversivo após escrever reportagens sobre contaminações por chumbo e questionar a utilização de agrotóxicos, afirmando serem estes responsáveis pelas mortes de peixes e pela intoxicação de agricultores”.

Pelo diário do Grupo Estado, Randau cobriu na capital gaúcha a primeira polêmica ambiental envolvendo uma grande indústria. O fechamento da fábrica de celulose Borregaard, do dia seis de dezembro de 1973 até 14 de março de 1974, atraiu a atenção de jornalistas de outros estados e do exterior. A indústria, hoje chamada de Riocell, fica nas margens do Guaíba, na frente de Porto Alegre. A poluição uniu o embrionário, mas aguerrido, movimento ecológico gaúcho. (VILLAR, 1997, s/p).

Em 1975, o jornalismo ambiental foi marcado segundo Colombo (2010), por fotos do protesto do estudante Carlos Dayrell em Porto Alegre, sentado em uma árvore, que seria cortada para dar lugar ao um viaduto. Segundo Cardinali (2013, p.3), “o universitário permaneceu sentado na árvore durante horas, como forma de protesto. Apesar de perseguida pela censura militar, a imprensa brasileira deu ampla cobertura aos protestos de ecologistas”.

O ano era 1975 e a manifestação foi reportada por diversos jornais da capital gaúcha e também por outros estados, devido ao grande impacto do evento. O estudante era membro de uma associação ambientalista, denominada Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN), que realizava várias reuniões no momento para discutir ações em prol das árvores que seriam atingidas com a construção do viaduto. (PRETARCA, 2008, p.33).

Segundo Motta (2010), outros nomes que contribuíram para o crescimento do jornalismo ambiental foram Lúcio Flávio Pinto e Elson Martins. De acordo com a matéria do *site* Sul21 ²(2013), o jornalista Lúcio Flávio Pinto há mais de 30 anos administra um jornal sozinho, chamado *Jornal Pessoal*, que é feito quinzenalmente e entregue para a população de Belém, no Pará. Era nesse jornal, que o jornalista Lúcio Pinto fazia suas denúncias contra órgãos, empresas que poluíssem o meio ambiente.

² Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/noticias/2013/02/lucio-flavio-pinto-e-o-jornal-pessoal-25-anos-de-resistencia-no-para/>>. Acesso em: 25 maio 2019.

Ainda de acordo com a matéria publicada em fevereiro de 2013, no *site* Sul21, o jornalista era “focado em denunciar situações de corrupção na Amazônia e em bater de frente com poderosos grupos locais, o veículo amargou mais de 30 processos em sua existência”.

Segundo Motta (2010), o jornalista Elson Martins testemunhou o começo da direção de Chico Mendes, na luta pela criação das Reservas Extrativistas no Acre.

Reserva extrativista é uma nova modalidade de áreas de conservação, que visa também garantir a sustentabilidade social e econômica de suas populações. Oriundas principalmente do Nordeste brasileiro, as atuais gerações de seringueiros acreanos desenvolveram um entendimento e um uso dos recursos naturais da floresta, particularmente da flora medicinal, incluindo também espécies não-amazônicas trazidas de seu local de origem e outras espécies utilizadas por índios amazônicos com os quais tiveram contato. (LIN, 2006, p.15).

Segundo Girardi, Moraes, Loose e Belmonte (2018), não só as ONGs ambientalistas levaram a criação do NEJ-RS, mas também o Seminário sobre População e Meio Ambiente, que ocorreu em 1989, realizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em Brasília,

O jornalista Juarez Tosi, coordenador do NEJ-RS na maioria das gestões e sócio-fundador da entidade, lembra que a realização deste Seminário na capital federal fez com que os jornalistas percebessem que lhes faltavam informações e conhecimentos para abordar as questões ambientais. Assim, retornaram com a motivação de ampliar a discussão sobre o tema ambiental por meio da criação de núcleos regionais. (GIRARDI; MORAES; LOOSE E BELMONTE, 2018, p. 5 e 6).

Em 1990, surgiu o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS) que segundo Villar (1997), foi elaborado com base em um movimento ambientalista. O NEJ-RS é uma Organização Não Governamental (ONG), que também trabalha com as principais ONGs do sul do país e promove debates no meio universitário.

Desde a sua criação, o NEJ-RS teve como principal bandeira conquistar os jornalistas para a causa ambiental e qualificar a cobertura nessa temática. Entre suas conquistas parra esse fim, destacam-se a organização de cursos e seminários em parceria com a FABICO/UFRGS e o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, e a criação da Terça Ecológica, uma atividade aberta ao público que traz convidados para discutir temas importantes relacionados às questões socioambientais. (GIRARDI, 2018, p. 14).

Segundo os autores, o NEJ-RS na sua fundação defendia a criação da disciplina de Jornalismo Ambiental, alegando ser um meio eficiente para a formação. Ainda segundo os autores Girardi, Moraes, Loose e Belmonte (2018), “em 2003 é

inaugurada a EcoAgência, [...], pois os associados do NEJ-RS e colaboradores entendiam que era preciso aperfeiçoar a cobertura ambiental no fórum, que desde sua primeira edição pautava os problemas ambientais”.

Então, desde 1990, O NEJ-RS vem realizando atividades voltadas aos jornalistas que pensam seguir a carreira de jornalismo ambiental, como cursos, debates, dentre outras, segundo Pretarca (2008).

Em 1994, publicou o Manual de emergência para desastres ambientais no Rio Grande do Sul, que trazia informações sobre os principais desastres, com intuito de auxiliar na cobertura jornalística desses eventos. E em 2002 o Núcleo lançou o livro: Dez dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente”. [...] Dentre outras publicações do NEJ estão, ainda, o Boletim Linha Verde que consistia em um folheto com textos escritos pelos jornalistas do Núcleo e o Jornal Sobrevivência, feito em parceria com a entidade ambientalista AGAPAN. O Núcleo também publicou um encarte chamado Versão Ecológica, durante três edições do Jornal Versão dos Jornalistas, do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio Grande do Sul, com o “objetivo de oferecer espaço às informações que não são publicadas na grande imprensa, servindo, assim, de sugestão de pauta para os demais colegas”, conforme exposto no material histórico produzido pelo núcleo. (PRETARCA, 2008, p.39).

Dessa maneira, segundo a autora Pretarca (2008), o NEJ-RS era contemplado com muitos prêmios, um deles foi em 1994, na qual o núcleo recebeu da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a Medalha Conservacionista e, no mesmo ano, em dezembro, conquistou em primeiro lugar na categoria Contribuição Especial do Prêmio ARI de Jornalismo.

Porém, segundo Villar (1997), a principal associação mundial de jornalismo ambiental é a Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente do Estados Unidos. “A *Society of Environmental Journalists* foi criada em 1990 por uma dúzia de repórteres premiados [...]. A entidade se dedica a melhorar a qualidade, precisão e importância das reportagens de meio ambiente. Para isso promove encontros e debates em todo país. [...]” (VILLAR, 1997, s/p).

Ainda, segundo o autor Villar (1997), a decisão de criar uma rede mundial de jornalistas de meio ambiente, aconteceu em Belo Horizonte, em 1992, no Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento. O encontro que constava na agenda oficial do Rio 92 recebeu o nome de *Green Press*. Mas somente em 1993, em *Dresden*, na Alemanha, iniciou-se a Federação Internacional de Jornalistas de Meio Ambiente.

Atualmente, a Federação é uma aliança formada por jornalistas de 52 países. O principal objetivo da entidade é ampliar a compreensão pública dos problemas ambientais através do intercâmbio entre os profissionais especializados. Para isso, realiza encontros anuais. O primeiro congresso ocorreu em Paris, em 1994, no Palácio da Unesco. Em 1995, a reunião aconteceu no campus do Massachusetts Institute of Technology (MIT), na cidade de Cambridge, junto com a reunião anual da Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente dos Estados Unidos. Depois, a Federação se reuniu em Cebu City, na Ásia (1996) e em Budapeste, na Hungria (1997). Em 1998, o Congresso será no Sri Lanka, depois na América Latina, provavelmente na Colômbia, e no ano 2000 no Egito. (VILLAR, 1997, s/p).

Com isso, Villar (1997) afirma que “o Núcleo de Ecojornalistas acredita que é preciso formar uma rede virtual de jornalistas especializados em meio ambiente no Brasil, através da Internet”. E segundo o autor, o uso da internet pode possibilitar trocas de experiências, pautas e fontes, que certamente irá aumentar o patamar do jornalismo ambiental no país.

3 OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE E A PRÁTICA JORNALÍSTICA

Considerada como um dos fundamentos do jornalismo, a objetividade busca reunir valores voltados à veracidade da notícia, segundo Demeneck (2009). Mas definir estritamente o conceito de objetividade na atividade jornalística não parece uma tarefa simples.

A objetividade é exemplificada por Nunes (2003, p. 20) como o produto jornalístico em que constrói a notícia sem se envolver ou emitir opinião: “O redator [...] deverá estar “fora” da notícia, sua linguagem deverá ser exclusivamente referencial, sem emitir juízos de valor e nem induzir o leitor a determinadas interpretações [...]”.

Rossi (1980, p. 9) também acredita que, “a imprensa, de acordo com o mito de objetividade, deveria colocar-se numa posição neutra e publicar tudo o que ocorresse, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões”. Logo, o leitor terá o papel de interpretar a notícia do modo que lhe convém, sem interferência ou persuasão do jornalista.

Objetividade jornalística, por sua vez, deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática. Objetividade é portanto uma discussão sobre a possibilidade de se conhecer a realidade, ou seja, uma questão para a teoria do conhecimento (SPONHOLZ, 2003, p. 111).

Segundo Dornelles (2008), o conceito de objetividade é um ponto de grande importância para a credibilidade do jornalismo. E de acordo com Demeneck (2009, p. 11), “a objetividade em jornalismo tem a ver com a procura pela verdade, seja como valor ético da profissão, seja como impulso epistemológico”.

Conseqüentemente, a notícia passada de forma clara serve como um mediador das informações, segundo Demeneck, ou seja, a notícia é passada, e quando entregue aos leitores cada um compreende ela de um modo.

Tais definições, bem como debates subsequentes, levam a crença de que a objetividade íntegra não existe como descreve Sponholz (2003). Ocasionalmente o jornalista passa a notícia pelo modo que ele interpretou, não necessariamente sendo assim uma mentira, mas sendo assim, o seu ponto de vista da história.

É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda

a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma que ele perceba imediatamente o que é exposição da realidade e o que é ajuizamento de valor (ABRAMO, 2003, p. 41 - 58).

Segundo Sponholz (2003), existem para os jornalistas diretrizes que ajudam a evitar compreensões falsas sobre a notícia. Ou seja, na procura de ser objetivo e íntegro em suas notícias, o jornalista segue regras para não haver questionamentos sobre a veracidade da narrativa, regras que implicam a supressão de ilações, deduções, palpites ou sugestões por parte de quem escreve a notícia.

A objetividade, como procedimento, é um método extremamente saudável e ético para a prática jornalística. Assim, não se trata mais de encontrar uma verdade última ou de acreditar que os fatos possuem uma objetividade em si, mas de buscar produzir uma narrativa equilibrada, o que implica: ouvir as várias versões do fato, por diferentes fontes; apresentar a controvérsia; verificar documentos e dados que comprovem ou não o fato; buscar não tomar partido, entre outras condutas técnicas-éticas (MELO, 2007, p. 5).

Há questionamento sobre falta de objetividade na construção da notícia, e por diversos motivos, segundo explica Conde (2004): as incertezas se posicionam no cotidiano jornalístico, nas fontes, na edição da matéria ou também na relação da imprensa com o Poder, entre outros casos.

O "mito da objetividade" é criticado sob o ângulo puramente psicológico, como se a subjetividade do jornalista fosse uma espécie de resíduo que se interpõe entre o fato, tal como aconteceu, e seu relato neutro. Portanto, segue logicamente que a tarefa do jornalista é buscar o máximo de objetividade e isenção possíveis (FILHO, 1987, p. 37).

Segundo Karam (2004, p. 39), a notícia pode não informar tudo o que aconteceu, mas espera-se que pelo menos tenha um resumo do ocorrido. "A redução com que o jornalismo opera corresponde ao ritmo de sua produção [...] e ampla escala daquilo que repercute ou talvez repercuta socialmente. [...] Desse modo a objetividade é resultado da subjetividade humana". Some-se isso a crença de que interesses privados (normalmente das próprias empresas ou de cargos superiores na hierarquia da empresa jornalística) também contribuem para o comprometimento da objetividade, por eles influenciarem o formato da notícia pelo modo que cabe a eles.

Segundo Lisboa (2012, p. 78), "a objetividade na visão do leitor estaria associada, portanto, não só à forma de apresentação da informação [...] mas também à ausência de interesses não jornalísticos e ao método de apuração". Ou seja, o leitor pressupõe que a aplicação da objetividade jornalística esta relacionada a um conteúdo mais verídico e menos opinativo, por parte do profissional.

Reproduzir o real, por intermédio da lente de aumento da imprensa, significa ser fiel aos acontecimentos, permitir que eles ganhem repercussão pública exatamente como ocorreram. Isso não exclui a possibilidade de o jornalista expressar seus próprios pontos de vista (julgamento, valoração) sobre os fatos, em espaço apropriado no jornal (MELO, 2006, p. 38).

A subjetividade no jornalismo, segundo Araújo (2012, p. 8) possui complicações de estabelecer uma linguagem neutra, na qual o juízo de valor do jornalista não se manifeste. “Ao dar vida textual a um acontecimento, o jornalista incorpora, mesmo involuntariamente, marcas da sua subjetividade, através de um processo de mediação, que pressupõe a existência de uma construção discursiva”.

A subjetividade, no entanto é uma região em que o jornalista eventualmente pode explicar a notícia. Segundo Dalmonte (2008), a subjetivação deve ser apresentada como uma interpretação e não como uma ilusão representativa.

O trabalho de construção realizado pelas mídias está impregnado de subjetividade, seja na escolha do ângulo da foto, seleção das fontes, opção por determinadas vozes e citações e não outras, hierarquização dos assuntos por página, etc. Esse trabalho tem como pano de fundo as intenções das mídias, que passam a construir seus critérios (subjetivos, nem sempre claros ou coerentes) para selecionar falas, pontos de vista para definir o que é ou não importante e os graus valorativos (BORELLI, 2005, p. 8).

Segundo Conde (2004, p. 165), defensores da notícia apresentada com subjetividade possuem um mesmo olhar sobre o papel social do jornalista, “que não é o de mero informante, mas o de formador de opinião e de crítico dotado de pontos de vistas e valores sobre os quais não é possível transigir”.

Segundo Karam (2004, p. 39), a objetividade é meramente a consequência da subjetividade humana. “Mas também a subjetividade se forma pela objetivação do mundo e dos fatos provocados por pessoas. O processo entre objetividade e subjetividade é mesmo dialético”. De acordo com o autor, a objetividade é entendida como algo subjetivo onde há o posicionamento da escolha jornalística, entre o relevante socialmente e o dispensável jornalisticamente.

Jornalistas utilizam a linguagem como instrumento de trabalho e lançam mão de artifícios que ela oferece para maquiar a subjetividade que subjaz qualquer cena enunciativa. A linguagem não pode ser aliada de uma falsa objetividade ou de uma subjetividade velada, mas percebemos que as mais expressivas marcas subjetivas estão justamente nas suas ferramentas utilizadas para tentar tornar o discurso objetivo (BADKE; MÉA; TRINDADE, 2015, p. 38 e 39).

Segundo os autores, toda a forma de linguagem jornalística faz com que a objetividade e subjetividade se unam, ou seja, elas se conciliam entre si. E de acordo

com Abramo (2003, p. 39), haverá sempre elementos da subjetividade na objetividade e vice e versa. “Assim, nunca se é inteiramente subjetivo nem totalmente objetivo na relação de apreensão e conhecimento do real. Mas é possível proceder mais ou menos objetivamente ou subjetivamente [...]”.

3.1 Breve contextualização da Teoria do Espelho

Segundo Pena (2005), a base da teoria do Espelho é sobre o jornalismo refletir a realidade, isto é, a imprensa é como o espelho do real. O jornalista observa a situação e com isso emite o seu relato, no qual não deve apresentar sugestões pessoais.

Segundo Prochnik (2011, p. 89), a teoria do espelho é dada como um aglomerado de ideias e não especificamente uma teoria. E o autor diz que essa “teoria” veio para mostrar a função da imprensa, que é apenas fazer a divulgação dos fatos como aconteceram, sem possuir opinião pessoal. “O espelho permite que a pessoa se enxergue como ela é [...], assim como o jornalismo deve revelar a história exatamente como ela aconteceu”.

Seu dever é informar, e informar significa buscar a verdade acima de qualquer outra coisa. Mas, para isso, ele precisa entregar-se à objetividade, cujo princípio básico é a separação entre fatos e opiniões. [...]Os fatos substituem os comentários e assim acredita-se que a palavra pode refletir a realidade. [...]Nas palavras de Walter Lippman, eles trariam o rigor do método científico aos jornalistas, evitando a subjetividade (PENA, 2005, p. 125 e 126).

De acordo com Maciel e Rocha (2016, p. 2), a teoria do Espelho é a primeira produzida que coloca a notícia como ela é pelo fato da realidade a determinar assim. “[...]procurar a verdade, contar o que aconteceu, “doa a quem doer”. Embora não tenha teóricos conceituados que assumam seu posicionamento, a Teoria do Espelho ainda é hegemônica na maioria das redações”. Para haver a construção do real de uma notícia, primeiramente ela deve passar por uma série de processos, para que então ela chegue ao leitor do modo mais verídico.

O processo de construção da realidade inclui uma série de fatores, incluídos no próprio modo de fazer jornalístico, como a narrativa jornalística, a seleção e hierarquização dos acontecimentos noticiosos, ordenação do tempo, as relações com o poder, além da interferência da realidade socialmente, culturalmente e historicamente constituída (IESRIVER, 2011 p. 6).

Segundo Rublescki (2010, p. 3 e 4), as notícias são consideradas o espelho da realidade. “Os jornalistas acreditam que os acontecimentos ocorrem “fora” e que a

eles lhes cabe o relato dos fatos e a transmissão de informações relevantes, sendo um comunicador desinteressado”.

Porém a realidade do jornalista em exercício da profissão diverge com a Teoria do Espelho, pois o processo de apuração das notícias pode gerar falsos relatos sem necessariamente ser culpa do repórter. O jornalista deve sempre tratar seu trabalho com muita objetividade e dar estrita atenção à verdade, pois isso traz a credibilidade ao seu trabalho (CORRÊA, 2016, p. 1).

De acordo com o autor acima, a teoria do espelho funciona como uma estrutura de regras jornalísticas que devem ser seguidas, mas a realidade da profissão é totalmente diferente. Pois, fontes e documentos podem ser inventados e mudados e, dessa forma, muitos detalhes da notícia podem ser falsos. Causando, então, a quebra da credibilidade do exercício profissional do jornalista.

Segundo Araújo (2011, p. 5), “o trabalho dos jornalistas gira em torno da produção de narrativas, tendo a realidade factual como grande referente”. O autor ainda explica que toda e qualquer forma de narrativa já possui alguma consequência no público, porém, a narrativa jornalística tem o comprometimento com o real e, se exposta de forma errada, pode causar mudanças no espaço público.

A estratégia textual principal do narrador jornalístico é provocar o “efeito de real”. Fazer com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos. [...] Ainda que não seja “a realidade”, o texto jornalístico tem veracidade, recorre a recursos de linguagem para parecer factual, objetivo e verdadeiro (MOTTA, 2005, p. 10).

Segundo Dalmonte (2008, p. 41), a existência do jornalismo é pautada na presença do real. “[...] tem havido divergência quanto a essa capacidade, ora vista como absoluta, ora com parcimônia, uma vez que todo relato constitui uma versão dos fatos”. O autor explica também que o uso da fotografia favoreceu o efeito do real. Pelo fato da fotografia ter duplo sentido, com o entendimento do signo e com o discurso do realismo.

De acordo com Guedes (2009), o efeito de real é obtido por meio de recursos de linguagem, com fortes referências no “aqui e agora”. E sendo assim, o leitor pode entender a situação apresentada e interpretá-la. Segundo Dalmonte (2008), o efeito de real também pode ser impulsionado pela iconização, isto é, a representação por meio de imagens, que é utilizada no jornalismo desde 1880, de acordo com Barcelos (2013).

À narrativa jornalística compete a busca de uma representação clara daquilo que é reportado, permitindo que o fato apresentado esteja o mais próximo possível do real. Por vezes, a noção de realidade está intrinsecamente associada ao universo midiático [...] O relato jornalístico, quanto mais tenta se aproximar do real, simula este real, na medida em que é capaz de oferecer as provas do real retratado. Além do testemunho de quem relata, a fotografia permitiu avanços nesta seara [...] Numa perspectiva de convergência midiática, tanto a ilusão referencial quanto a inconização despontam como características determinantes de novas narrativas (DALMONTE, 2008, p. 43).

Segundo Guedes (2009, p. 6), a sociedade tem a ideia de que o jornalismo possui a sua credibilidade na reprodução fiel dos fatos. Ou seja, que os depoimentos das fontes iriam garantir uma narrativa “pura” do real, eliminando a mediação. “[...] a busca da verdade tão apregoada no cotidiano das redações se baseia na ilusão da imprensa como tradutora da realidade [...] de que quanto mais “real” parecer a história, mais “confiável” é o veículo de comunicação”.

3.2 Questões éticas

Diversos pontos sobre a objetividade, também implicam no debate ético. De acordo com Sponholz (2003, p. 113), os “princípios éticos” são ligados à objetividade na maneira de “noticiar com precisão; o texto deve ir direto ao tema; jornalistas devem informar, mas nem devem opinar; é preciso ouvir os dois lados de uma questão”.

Segundo Martino (2007, p. 5), todo esse pensamento sobre ética vem desde Aristóteles, “[...] não como um conjunto unicamente prescritivo de regras, mas sobretudo como uma teoria da prática, criada a partir da reflexão e da pesquisa vinculada à vida diária”.

Com isso, Martino (2007, p. 14) explica que a estrutura principal da ética jornalística é o desinteresse, partindo de uma comunicação sem manifestações do jornalista. “O princípio da ética jornalística [...], portanto, não é a própria ética como princípio do agir tendencialmente para o bem, mas como estratégia de garantia da legitimidade”.

Segundo Demenek (2009), o jornalista deve responder por suas ações por ter um lugar social importante, com isso, espera-se que uma ética jornalística seja conectada com o valor da transparência.

A objetividade jornalística converte-se novamente à sua dimensão ética. Na medida em que o jornalista assume o papel de agente social, responsável pela observação da realidade, ele se torna mediador entre os fatos de interesse público e a cidadania. [...] Todo acontecimento envolve múltiplas

variáveis, distintas motivações: é necessário desvendá-lo completamente, mostrando ao cidadão sua fisionomia integral (MELO, 2006, p. 49).

De acordo com Albuquerque (2000), o princípio da objetividade recomenda que os jornalistas usem procedimentos que separem os fatos de valores.

Os códigos de ética tentam, portanto, colocar ordem nas condutas, funcionam como gramáticas. São instrumentos ordenadores, definem padrões de ação. Circulam publicamente e sinalizam preocupações, princípios e valores para os demais grupos. Apesar dessa função mais pública, os códigos de ética são majoritariamente voltados para dentro das comunidades a que são dirigidos (CHRISTOFOLETTI, 2011, p. 27).

Para Christofolletti (2011, p. 27), os códigos de ética são insuficientes, tanto na sua aplicação quanto no seu funcionamento, e não fazem com que os membros melhorem suas atitudes. Com isso, são considerados ferramentas de direção e não leis, dando ao jornalista o poder de seguir ou não as regras. “Esses documentos podem até prever penalidades aos transgressores, mas o pior castigo fica no âmbito moral, na reprovação social à conduta de quem atravessa a linha do permitido”.

De acordo com Rossi e Ramires (2013, p. 82), os jornalistas afirmam que ser imparcial é um princípio fundamental na redação. E muitos profissionais mostram confusão para “explicar o conceito mencionando que é possível fazer o relato puro da informação ao trabalhar para uma empresa que preze e estimule a imparcialidade nos relatos jornalísticos [...]”.

O modelo de verdade perseguido pelos jornalistas [...], também se afasta do modelo científico e se aproxima mais de um outro, o do juízo de valor. Sua função não é apenas dar a conhecer, trazer à existência pública, mas tornar os cidadãos, seu público, aptos a opinar e agir politicamente. É nesse aspecto que as relações entre a profissão e a ética são ainda mais fortes, não só porque os jornalistas deveriam observar os preceitos profissionais, mas também porque reclamam para si uma moralidade que os tornaria aptos a julgar também os outros, se estes outros estão ou não agindo corretamente, em conformidade ou não com o bem comum (LOVISOLO; DEOLINDO, 2008, p. 146).

Segundo Alsina e Silva (2018), a busca pela verdade tem colocado a ética jornalística em diversos dilemas. Fazendo com que em alguns casos, o jornalista renuncie a verdade. Mesmo quando, segundo Caldas (2005, p. 90), “a dimensão ética do trabalho da imprensa vem sendo constantemente apregoada em função de sua importância na construção da narrativa jornalística, considerada a princípio verdadeira, retrato fiel da realidade”.

Os jornalistas têm se fazer compreensíveis para sua audiência, mas por outro lado, para fazer com que história seja entendida pelo público não deve

comprometer o rigor na explicação do acontecimento. O rigor extremo [...], por sua vez, pode fazer perder compreensibilidade do texto. Mas a ausência de total de rigor, para que o texto seja compreensível para o leitor, pode tergiversar o acontecimento (ALSINA; SILVA, 2018, p. 14).

Segundo Antunes (2010, p. 6 e 7), a ética usa o juízo de valor entre a diferença do bem e do mal. Como a moral, a ética também busca se basear em usos e costume, alcançando o padrão informativo e o padrão opinativo. Sendo assim, “a ética constitui [...] uma dupla consciência: uma consciência que obriga o ego e outrem a seguir normas de conduta; uma consciência que define obrigações de conduta questionando os valores da sociedade e a ordem jurídica”.

De acordo com Peruzzo (2002, p. 75), a ética na comunicação está unida com as liberdades informativas no desempenho do dever social da informação. “Ou seja, não há que se confundir liberdade de imprensa com liberdade de empresa”.

3.3 Breve descrição do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros³ foi atualizado em agosto de 2007, em Vitória (ES), no Congresso Extraordinário dos Jornalistas. Porém, desde 1987, o código está em vigor, quando foi aprovado no Congresso Nacional de Jornalistas.

O código atual possui 19 artigos que tratam sobre o direito à informação, a responsabilidade profissional, os princípios do jornalismo e as possíveis punições acarretadas pelo descumprimento das condutas.

E os 19 artigos estão subdivididos em cinco capítulos, o capítulo I fala do direito a informação; no capítulo II mostra como deve ser a conduta profissional do jornalista; o capítulo III fala da responsabilidade profissional do jornalista; o capítulo IV revela a relação entre profissionais; e por último, no capítulo V é falada a aplicação do Código de Ética e disposições finais.

Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007, p. 1) o código tem como base “o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”. Dessa maneira, a veiculação

³ Disponível em: < <https://fenaj.org.br/>>. Acesso em: 28 set 2019.

dos fatos deve ser de forma precisa e correta, e devem ser realizada independente do valor do mercado que os veículos de comunicação tenham.

Dessa maneira, consta no documento que tudo que é divulgado pelo jornalista é de sua responsabilidade, mesmo que seja por trás de uma organização comercial. Com isso, interesses pessoais, que não seja de interesse público, não deve ser à base de criação de uma notícia.

3.4 G1/Grupo Globo: códigos de princípios e de produção – código ético de conduta

O Grupo Globo disponibiliza em seu site seus Princípios Editoriais⁴, acessíveis para qualquer cidadão. Neste manual de regras da empresa, como também pode ser chamado, há um índice no qual dispõe de divisões.

Essas divisões são chamadas de Cartas dos acionistas, onde há uma breve definição do jornalismo. A seção I que esclarece os atributos da informação de qualidade é subdividida em três tópicos (a isenção; a correção e a agilidade).

A seção II explica como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas, do veículo para o qual trabalha e das redes sociais, na qual é subdividida em cinco tópicos. E por fim, a seção III reforça os valores da empresa, cuja defesa é um imperativo do jornalismo (O GLOBO, 2011).

⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>>. Acesso em: 13 set 2019.

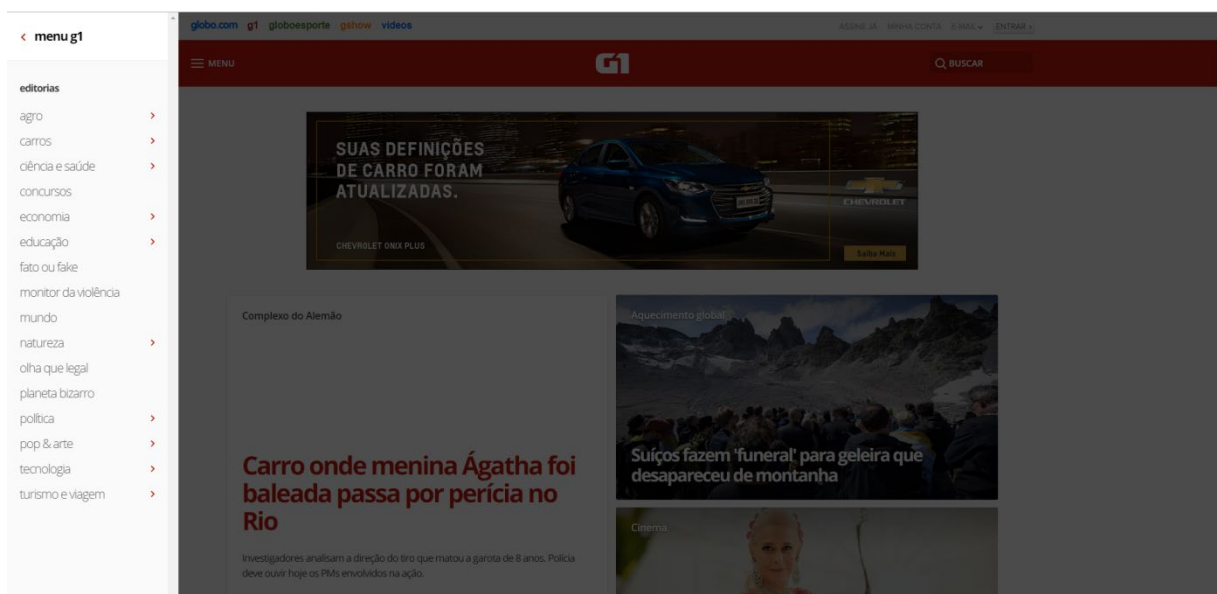
4 BREVE HISTÓRICO E DESCRIÇÃO DO SITE G1

O portal de notícias G1, que é mantido pelo Grupo Globo foi lançado em setembro de 2006, segundo Assumpção e Amaral (2009). De acordo com os autores, em dezembro de 2006 o jornal O Globo reservou uma página inteira para a propaganda do site jornalístico, que sucedeu o antigo *GloboNews.com*, que foi criado em 2001.

O site G1, no momento presente, funciona com 10 páginas e elas possuem subdivisões, que são: Editorias, Rock In Rio 2019, Regiões, Telejornais, Globonews, Blogs e Colunas, Podcasts, Serviços, Vídeos e Espaço Publicitário.

Atualmente, o site trabalha com 16 editorias: Agro, Carros, Ciência e Saúde, Concursos, Economia, Educação, Fato ou Fake, Monitor da Violência, Mundo, Natureza, Olha Que Legal, Planeta Bizarro, Política, Pop & Arte, Tecnologia e Turismo e Viagem.

Figura 1 – Editorias do Site G1.



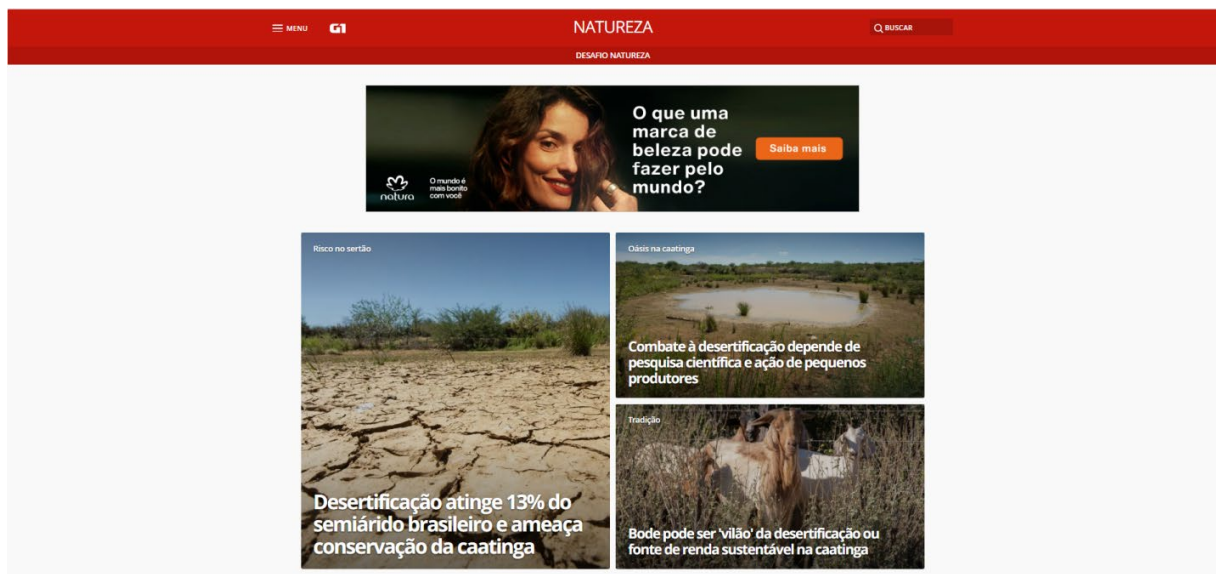
Fonte: <https://g1.globo.com/>

O site desde sua criação é basicamente generalista, isto é, atende a diversos campos do jornalismo. E segundo a entrevista concedida pela editora-chefe do G1,

Márcia Menezes⁵, o que eles prezaram no início do funcionamento do portal foi dar o furo, não errar e conseguir credibilidade nas notícias. De acordo com Grande (2015), o portal possui uma convergência das mídias, pois existe a produção jornalística feita internamente e também contém participações de vários veículos.

Para análise de conteúdo deste trabalho foram escolhidas as notícias, da série de reportagens ‘Desafio Natureza’, da editoria Natureza do site G1. As notícias são: ‘O lugar onde ninguém faz *selfie*: para onde vai o lixo de Fernando de Noronha⁶’; ‘Arara considerada extinta volta à caatinga ao lado de onças e outras espécies ameaçadas⁷’; ‘Parque mais procurado de MG reduz visitação pela metade e espera ações para garantir ‘turismo sustentável⁸’; e ‘Saguis ‘invasores’ se proliferam em Florianópolis com ‘ajuda’ de alimentação indevida⁹’.

Figura 2 – Série de reportagens ‘Desafio Natureza’, que pertence à editoria ‘Natureza’.



Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/>

⁵ Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/videos/idvideo/5312013.htm>>. Acesso em: 29 set 2019.

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/23/o-lugar-onde-ninguem-faz-selfie-para-onde-vai-o-lixo-de-fernando-de-noronha.ghtml>>. Acesso em: 30 set 2019.

⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/02/19/arara-considerada-extinta-volta-a-caatinga-ao-lado-de-oncas-e-outras-especies-ameacadas.ghtml>>. Acesso em: 30 set 2019.

⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/26/parque-mais-procurado-de-mg-reduz-visitacao-pela-metade-e-espera-acoes-para-garantir-turismo-sustentavel.ghtml>>. Acesso em: 30 set 2019.

⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/04/27/saguis-invasores-se-proliferam-em-florianopolis-com-ajuda-de-alimentacao-indevida.ghtml>>. Acesso em: 30 set 2019.

De mais de 50 reportagens abordando o tema ambiental foram escolhidas as 4 notícias citadas acima, que estão distribuídas no período de janeiro a abril. O critério de escolha das reportagens foi pela relevância das matérias no site G1 como um todo, na qual receberam um destaque na “manchete” da página inicial do site, algo que é difícil de acontecer com reportagens especializadas.

Outro ponto importante para a escolha das reportagens é por serem notícias com temas divergentes, pelo fato de duas tratarem de locais que são Fernando de Noronha e Minas Gerais, e as outras duas tratarem de animais que são as araras e os saguis.

4.1 Estudo de caso

A primeira reportagem (Anexo 1) a ser analisada do *site* G1, na série de reportagens ‘Desafio Natureza’ é sobre “O lugar onde ninguém faz selfie: para onde vai o lixo de Fernando de Noronha”. Logo no título da matéria percebe-se que há um questionamento que faz o leitor pensar.

A estrutura do texto trata especificamente da usina de resíduos sólidos de Noronha, e foca muito no transtorno que é cuidar de resíduos num local que é uma área – pequena – de preservação ambiental, e que recebe mais de 100 mil visitantes por ano.

Conforme observado no Capítulo 3, o texto trata-se segundo Antunes (2010), de um padrão informativo e opinativo. Pelo fato da notícia passar detalhes mensais de lixos produzidos e recolhidos na ilha e depois a sua “viagem”, e também por expor as perspectivas das fontes secundárias.

Outro ponto analisado relacionado ao Capítulo 3 é o uso de imagens para a compreensão do efeito do real para o entendimento do leitor, segundo Guedes (2009). Onde no texto pode-se observar uma utilização de uma ilustração infográfica, para descrever todo o trajeto do lixo, de Noronha até o Porto de Recife. Como pode ser analisado na imagem abaixo, que foi retirada da reportagem:

Figura 3 – Infográfico explicativo sobre o trajeto do lixo em Noronha.

O caminho do lixo em Noronha

Uma parte fica na ilha e outra é levada até Recife



1 O lixo coletado vai para a unidade de tratamento

2 Lá ele é separado

Parte do que é orgânico vai virar adubo



O vidro vira areia; árvores e cascas de coco também ficam lá: são trituradas e ganham outro uso

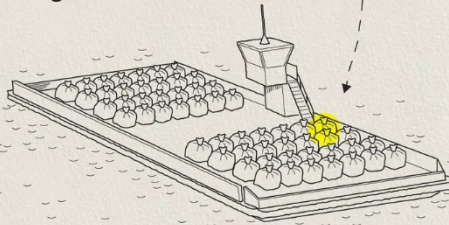


O lixo seco reciclável também é selecionado



3 O reciclável vai de barco de volta para o continente, junto com óleo e parte do lixo orgânico

A viagem demora 40 horas e é feita 4 vezes por mês



4 Do Porto de Recife, o lixo reciclável vai para indústrias e para um aterro



Fonte: Universo Empreendimentos

Infográfico elaborado em: 11/01/2019



Fonte: [https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/23/o-lugar-onde-ninguem-faz-selfie-para-
onde-vai-o-lixo-de-fernando-de-noronha.ghtml](https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/23/o-lugar-onde-ninguem-faz-selfie-para-onde-vai-o-lixo-de-fernando-de-noronha.ghtml)

A segunda reportagem (Anexo 2) analisada é sobre a “Arara considerada extinta volta a caatinga ao lado de onças e outras espécies ameaçadas”. Pode-se observar que o título é bem conciso e claro, seguindo uma linha explicativa e sem nenhum sinal de persuasão.

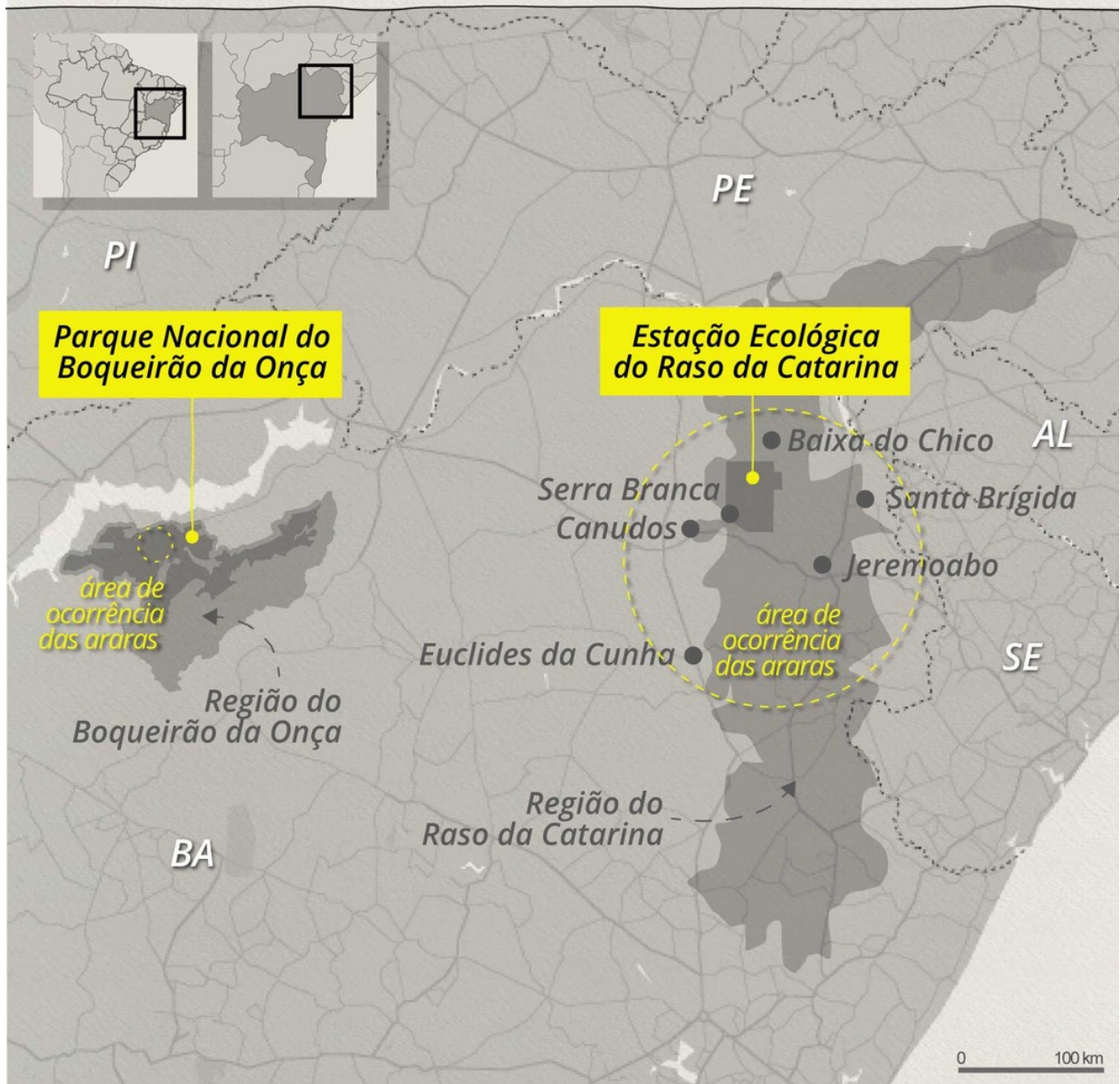
No entanto, no decorrer do texto observa-se que o jornalista deixou definido em sua escrita sobre o constante destaque da preservação das araras. E contou também com uma reportagem rica em detalhes do começo ao final, na qual há uma quantidade suficiente de fontes secundárias, para que a notícia não fique apenas nas “palavras” do jornalista. E conforme observado no terceiro capítulo, uma notícia para ser de entendimento ao leitor, ela não pode ter um envolvimento na explicação do fato (ALSINA; SILVA, 2018).

Que referente ao Capítulo 3, conforme descreve Melo (2006) o jornalista assume um papel de agente social, ou seja, os acontecimentos são vistos e analisados pelo profissional, e só então ele passa para o leitor, os fatos de interesse público na sua forma integral.

O que se analisa no decorrer do texto é a utilização do infográfico, que segundo Teixeira (2010) é uma forma de suprir a qualidade do resultado da narrativa jornalística. Como exemplo na imagem a seguir, que foi retirada da reportagem:

Figura 4 – Locais de aparecimento da arara-de-lear na caatinga.

A arara-de-lear na caatinga



Fonte: ICMBio



Infográfico elaborado em: 15/02/2019

Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/02/19/arara-considerada-extinta-volta-a-caatinga-ao-lado-de-oncas-e-outras-especies-ameacadas.ghtml>

Observa-se que há na notícia uma recomendação, que implicitamente serve de advertência para o leitor: um comunicado da bióloga, Tania Maria Alves da Silva, sobre a entrada controlada de visitantes para garantir o bem-estar dos animais e consequentemente evitar as caçadas.

A terceira reportagem (Anexo 3) é a respeito do “Parque mais procurado de MG reduz visitação pela metade e espera a oes para garantir ‘turismo sustentável’”. Logo no título   possível analisar um forte viés de conduzir o leitor a determinado comportamento.

No *lead* da notícia são apresentadas as características visuais do lugar, e comentado o porquê do grande número de visita o, no Parque Estadual do Ibitipoca. Mas em seguida a matéria já explica que devido aos prej zos causados pelos turistas no meio ambiente, houve denúncias que diminuir m o número de visitantes para 600 por dia. Segundo observado na imagem a seguir, que foi retirada da reportagem:

Figura 5 – Lead da reportagem.

The image shows a screenshot of a news article from G1 Natureza. The header includes the G1 logo, the word 'NATUREZA', and a search bar labeled 'BUSCAR'. The main text of the lead reads: 'Há 300 anos, o ouro estava na mira de sonhadores. Atualmente, a “ gua com cor de Coca-Cola” e a “Janela do Céu”, convidativa para selfies, são as atra oes que levam aventureiros ao topo da serra onde fica o Parque Estadual do Ibitipoca. As belezas espalhadas em meio a um mar de morros fizeram desse parque estadual o mais visitado de Minas Gerais. Mas denúncias de prej zos causados pelos turistas ao meio ambiente levaram, em 2018,   **imposi o de um limite de 600 visitantes por dia.**' To the right of the text is a photograph of a woman smiling, with a text overlay that says 'O que uma marca de beleza pode fazer pelo'.

Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/26/parque-mais-procurado-de-mg-reduz-visitacao-pela-metade-e-espera-aco-es-para-garantir-turismo-sustentavel.ghtml>

E conforme citado no terceiro capítulo, por Araújo (2011), a realidade factual possui uma grande referência na produ o narrativa do jornalista e pode comprometer com o real. Dessa maneira, o modo como o *lead*   explicativo e informativo, mostrando os pés e os contras do parque, pode induzir o leitor e ocasionar mudanças no seu comportamento.

Na estrutura do texto o autor da matéria deixa claro que avalia o turismo como uma questão ambiental, visto que, a notícia tratada envolve o desastre causado pelo turismo em massa no parque de Minas Gerais.

Observa-se que a todo o momento no texto busca-se a objetividade nos dados apresentados, que sempre possui informes de fontes secundárias. De acordo com o que foi visto no Capítulo 3 por Melo (2007), a objetividade é um método de ética jornalística. Que busca uma narrativa equilibrada e sempre evidencia a verificação de documentos e dados para a autenticação, ou não, do acontecimento.

Além disso, há recomendações no corpo do texto que se conduz implicitamente ao leitor, como exemplo na imagem a seguir, que foi retirada da reportagem:

Figura 6 – Recomendações implícitas ao leitor.

O acordo do MP com o IEF também prevê implantar trilhas suspensas, venda online de ingressos e ações de educação ambiental, além da elaboração de um plano de monitoramento de trilhas e outro de manejo para as grutas.

Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/26/parque-mais-procurado-de-mg-reduz-visitacao-pela-metade-e-espera-acoes-para-garantir-turismo-sustentavel.ghtml>

Como observado no terceiro capítulo por Deolindo (2008), essa questão de uso de fontes secundárias pode ser analisado como o modelo de verdade que se articula com a ética, exibindo a função do jornalista que não é apenas de dar a conhecer, mas também de tornar os cidadãos, isto é, os leitores, capazes de opinar e agir por si só.

Ainda na reportagem é possível observar a implantação dos infográficos e também falas não somente de especialistas, mas de pessoas da região. O que conforme já observado no terceiro capítulo por Melo (2007), são condutas técnicas-éticas baseadas na objetividade, na qual acarreta em saber das múltiplas versões do fato por mais de uma fonte e assim apresentar as controvérsias.

A quarta e última reportagem (Anexo 4) analisada é sobre “Saguis ‘invasores’ se proliferam em Florianópolis com ‘ajuda’ de alimentação indevida”. Observa-se que o título não possui nenhuma forma que induza o comportamento do leitor.

No entanto, logo no começo da notícia há advertências ao leitor com relação ao contato dos animais com os humanos, no qual há a explicação sobre a alimentação prejudicada dos saguis e como eles transmitem doenças para os humanos.

E no decorrer da reportagem, observam-se as amplas “advertências” e “recomendações” que o texto traz a respeito de doenças que são transmitidas entre saguis, animais domésticos e humanos. E conforme citado no terceiro capítulo por Antunes (2010), todas essas “advertências” estão baseadas no padrão informativo que é fundamentado na ética jornalística.

Novamente, a utilização de infográficos possui notoriedade na notícia. E de acordo com a análise no terceiro capítulo por Dalmonte (2008), a aplicação de imagens no texto jornalístico favorece o efeito do real. Isto é, quando os leitores interpretam os fatos como verdades, pelo fato que a reportagem jornalística utiliza uma linguagem que aparenta ser factual, objetiva e verdadeira, conforme apresentado no Capítulo 3 por Motta (2005).

Pode-se observar no texto o emprego de dados obtidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Primatas do Brasil, de Paulo Auricchio. E frequentemente esses dados levam ao leitor recomendações de como agir ou não ao manipular saguis. Um exemplo pode ser visto na imagem a seguir, que foi retirada da reportagem:

Figura 7 – Recomendações ao leitor

O problema é que, além de tirar fotos ao avistar os saguis, alguns moradores ainda insistem em alimentar o animal. 13% dos moradores e 7% dos frequentadores do Parque do Córrego Grande admitem oferecer alimento aos saguis. Dos moradores, 63% relataram que os saguis têm costume de entrar nos seus terrenos, isto é, ultrapassar os limites do parque. Destes, 24% afirmaram que os animais entram nas casas em busca de alimento.

“As pessoas dão comida para esses animais porque ele é fofinho, bonitinho, é uma prática comum. Elas deixam um pratinho com frutas para promover a aproximação do animal silvestre. Isso é feito na ilha toda”, explica a bióloga Cristina Valéria Santos, que estuda os saguis há mais de 15 anos.

A alimentação provida pelo homem faz com que os animais se tornem menos capazes de encontrar o próprio sustento. “Eles acabam se tornando mais fortes e não passam pelas privações naturais que os animais silvestres passam”, afirma Santos. “Isso vai impactar positivamente na reprodução e vai deixar os saguis em vantagem em relação às espécies nativas.”

Fonte: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/04/27/saguis-invasores-se-prolifera-em-florianopolis-com-ajuda-de-alimentacao-indevida.ghtml>

Conforme analisado no terceiro capítulo por Pena (2005), a informação significa a procura pela verdade. Ou seja, os dados apresentados na reportagem servem,

segundo o autor, como a base da objetividade que busca a separação entre os fatos e as opiniões.

Por essa razão, basicamente todas as fontes são secundárias, para haver uma “autenticação” do acontecimento noticiado. Segundo observado no Capítulo 3 por Filho (1987), o papel do jornalista é procurar ter o máximo de objetividade e evitar os juízos de valor, para que a sua narrativa seja isenta.

Há uma parte da reportagem em que se fala sobre “Educação Ambiental”, que são projetos feitos com os visitantes do parque de Florianópolis, onde os saguis vivem. E conseqüentemente essa parte do texto pode adequar-se como um viés persuasivo para o leitor, pois há explicações de como a espécie se tornou exótica e como isso oferece os riscos à população.

5 CONCLUSÃO

O progresso da presente pesquisa permitiu uma análise de conteúdo em quatro matérias da série de reportagens ‘Desafio Natureza’, do *site* G1. Dessa maneira, o estudo, por meio da análise, pode verificar como as notícias especializadas sobre temas ambientais são inseridas em um portal generalista. E, também, constatar se as reportagens têm um viés persuasivo, isto é, de certa forma conscientizar o leitor ou se apenas passa a informação.

Assim, a análise teve como requisito a busca por propostas nos textos que tinham a clara pretensão de induzir o leitor a um determinado comportamento, como trechos com viés persuasivos, verbos no imperativo, utilização de adjetivos e advertências e recomendações ao leitor. Proporcionando assim, que os objetivos apresentados fossem obtidos.

Frente à análise, parece pertinente considerar que as reportagens analisadas do ‘Desafio Natureza’, para esse estudo, possuem todos esses requisitos listados acima e, desse modo, considera-se que este trabalho conseguiu obter os resultados esperados, de que as notícias tanto informam como também conscientizam, seja explícito no texto ou não.

Bem como foi observado que as reportagens especializadas apresentam duas propriedades que é a informação e a conscientização, nos quais os textos – a todo o momento – utilizam da ética jornalística, efeito do real por meio de imagens e também da objetividade, para transmitir ao leitor essas duas estratégias ao mesmo tempo.

Chega-se a conclusão de que este estudo mostra a relevância das reportagens do jornalismo especializado, especificamente sobre temas ambientais, para atividade jornalística no modo geral. Servindo também como grande auxílio informacional para trabalhos futuros e para a sociedade que se interessa ou não por este assunto.

Mesmo havendo um recente aumento no número de trabalhos sobre jornalismo ambiental, segundo Girardi, Loose e Camana (2015), ainda são perceptíveis que há insuficiências ao procurar por trabalhos acadêmicos, e até mesmo livros, que abordem estema e enfoque.

Com isso, espera-se que este trabalho possa contribuir em projetos futuros relacionados ao jornalismo ambiental, no que concerne à persuasão, informação e veiculação de reportagens especializadas em sites generalistas.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1. ed. Brasil: Fundação Perseu Abramo, 2003. 64 p.

ALBUQUERQUE, Afonso. **A narrativa jornalística para além dos faits-divers**. Lumina, Salvador, v. 3, n. 2, p. 69-91, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R5-Afonso-HP.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ALSINA, Miquel Rodrigo; DA SILVA, Laerte José Cerqueira. ÉTICA E JORNALISMO: na era da Pós-verdade. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 708-725, 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5246>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ANTUNES, Marco António. Ética da comunicação e ética da informação: teoria sistemática. **Covilha: Universidade da Beira Interior**, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-etica-da-comunicacao-e-etica-da-informacao.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

A ONU e o meio ambiente. Nações Unidas Brasil, p. 1. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

ARAÚJO, Bruno Bernardo de. **A narrativa jornalística e a construção do real**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2012. 27 p. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ASSUMPÇÃO, Alice Bentzen Fonseca; AMARAL, Ana Luisa Marzano. A interatividade no jornalismo on-line: estudo de caso do site G1. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ. **Anais**. 2009. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/r14-0211-1.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BAPTISTA, Carla; CARVALHO, Alberto Arons de. *Media&Jornalismo* N.º 32 Vol. 18, N.º 1. **Media & Jornalismo**, [S.l.], v. 18, n. 32, p. 233, maio 2018. ISSN 2183-5462. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/5670>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BELMONTE, Roberto V. *História do jornalismo ambiental Brasileiro. X Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre/RS, Brasil, 2015.*

BELMONTE, Roberto Villar. **Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro.** Rio Grande do Sul: Revista Brasileira de História da Mídia, 2017. 110 – 125 f. 6 v. Disponível em: <<https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656/3817>>. Acesso em: 11 maio 2019.

BOAS, Sergio Vilas et. al. **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.** 1.ed. Summus Editorial, 2004. 208 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=RdqIC6hgSUKC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q=h%C3%A1%20epis%C3%B3dios&f=false>. Acesso em: 11 maio 2019.

BOFF, Leonardo et. al. **Global Manager.** Rio Grande do Sul: Revista do Curso de Administração da Faculdade da Serra Gaúcha, 2006. 159 p. 6 v. Disponível em: <<file:///C:/Users/notwe/Downloads/507-Texto%20do%20artigo-1524-1-10-20130910.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

BORELLI, Viviane. **Jornalismo como atividade produtora de sentidos.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2005. 11 p. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/borelli-viviane-jornalismo-atividade-sentidos.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito.** Paraná, Editora UFPR, 2007. 33 – 44 p. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/26843373.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

-----, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico, lobby e poder.** Parcerias Estratégicas, 2001. 168 – 200 p. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/194/188>. Acesso em: 11 maio 2019.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf#page=15>>. Acesso em: 11 maio 2019.

CAMPOS, Pedro Celso. **Jornalismo e meio ambiente:** a contribuição dos meios de comunicação e o conceito de sustentabilidade. 11 ed. São Paulo: Rumores, 2012. 4 – 25 p. Disponível em: <<http://www.usp.br/rumores/pdf/1.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

CARDINALLI, Marcos Aurélio. **Jornalismo Ambiental:** uma breve análise da abordagem na mídia impressa. São Paulo: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1431-1.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

CARNEIRO, Beatriz Helena Scigliano. **Notas sobre a presença do Brasil na construção transnacional da noção de meio ambiente.** In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo, SP. p. 10-17. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300844963_ARQUIVO_TextoAnpuh.2011.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

CHRISTOFOLETTI, R. O Caso do Brasil: Valores, códigos de ética e novos regramentos para o jornalismo nas redes sociais. **Cuadernos de información**, n 29, julho - dezembro de 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/971/97122694003.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

COLOMBO, Macri Elaine. **Jornalismo Ambiental:** a sua história e conceito no contexto social. Rio Grande do Sul: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências e Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2674-1.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

COLOMBO, Macri Elaine; LEVY, Denize Piccolotto Carvalho. Jornalismo científico: divulgação ou disseminação, e sua relação com os cientistas. **8º Interprogramas de Mestrado em Comunicação–Faculdade Cásper Líbero**, v. 8, 2012. Disponível em:

< <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Macri-Elaine-Colombo-e-DENISE.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

CONDE, Lilian Maria Ribeiro. **A impossível pureza humana**: um estudo da objetividade da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 161-173, jan. 2004. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2079>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CORRÊA, Paulo Metling. O reflexo da Teoria do Espelho na prática jornalística. In: Evento de Iniciação Científica – UniBrasil, Curitiba, PR. **Anais. 2016**. p. 1 Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/1849>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

COSTA, Tatiane Cruz Leal. **Jornalismo Científico X Divulgação Científica**: Uma Análise da Cobertura da COP-15. 2010. 60 f. Monografia (Graduação). – Escola de Comunicação. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2384/1/TCOSTA.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

DALMONTE, Edson Fernando. **Efeito de real e jornalismo**: imagem, técnica e processos de significação. Rio Grande do Sul: Revista FAMECOS, 2008. 7 p. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/4832/3688>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DELLA MÉA, C. H. DE P.; BADKE, C. A.; TRINDADE, D. F. **A subjetividade da língua na construção de textos jornalísticos**. **Domínios de Linguagem**, v. 9, n. 5, p. 14-40, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/28579>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade Jornalística**: o debate contemporâneo do conceito. 2009. 149 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em: <

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93112/278470.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

DORNELLES, Beatriz. **O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental**. Brazilian Journalism Research, 2008. 11 p., v. 1. Disponível em: < <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/167/166>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

FANTE, E. M.; MORAES, C. H. DE; MASSIERER, C.; MOTTER, S. B. A TRAJETÓRIA DO JORNALISMO E DOS JORNALISTAS AMBIENTAIS NO BRASIL: O NÚCLEO DE ECOJORNALISTAS DO RS. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 2, n. 2, p. 172-191, 23 abr. 2018. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4995>>. Acesso em: 11 maio 2019.

FILHO, Adelmo Genro. **O segredo da pirâmide:** (para uma Teoria Marxista do Jornalismo). 1987. 266 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1987. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75390>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et. al. **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. São Bernardo do Campo, 2012. 131 – 152 p. 34 v. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5632/1/ARTIGO_CaminhosDescaminhosJornalismo.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho et al. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Editora Metamorfose, 2018. Disponível em: <<https://jornalismoemeioambiente.files.wordpress.com/2018/09/jornalismo-ambiental-teoria-e-prc3a1tica2.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloisa; CAMANA, Ângela. Panorama da pesquisa em Jornalismo Ambiental no Brasil: o estado da arte nas dissertações e teses entre 1987 e 2010. Intexto, Porto Alegre, n.34, set./dez. 2015. p. 362-384. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/58452/35501>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

GUEDES, Nicoli Glória de Tassis. **Jornalismo e Construção Social da Realidade: Uma Reflexão sobre os desafios da produção jornalística contemporânea**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Curitiba, PR.

Anais. 2009. p. 1-15. Disponível em: <
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1820-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

IESRIVER, Hadassa Ester David. O outro lado do espelho: a realidade por trás da teoria da objetividade no jornalismo. In: II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí, Goiás, GO. **Anais.** 2011. p. 1-9. Disponível em: <
<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link%2011.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público.** 1. ed. Brasil: Summus Editorial, 2004. 280 p.

LIN, Chau Ming. **Plantas medicinais na Reserva Extrativista Chico Mendes:** uma visão etnobotânica. 1. ed. Unesp, 2006. 164 p. ISBN 9788571397156. Disponível em: <
<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=IHikHBY3Y60C&oi=fnd&pg=PA13&dq=chico+mendes&ots=syfZcgC-p-&sig=XR4AaFPwirg9NmFUD56mLruqCt8#v=onepage&q=reserva%20extrativista&f=false>>. Acesso em: 11 maio 2019.

LISBOA, Sílvia Saraiva de Macedo. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor:** independência, imparcialidade, honestidade, objetividade e coerência. 2012. 104 f. Dissertação (pós-graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54507>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

LEMOS, Daniel Dantas; LOPES, Camila Aguiar de Oliveira. **Jornalismo Ambiental no Brasil:** homem e natureza na série de reportagens Viúvas do Veneno. Amazonas: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2013. Disponível em: <
<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0010-1.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

LONDERO, Maria Alice Antonello. **Meio Ambiente:** uma questão de cidadania. Rio Grande do Sul, 1999. 1 p. Disponível em: <
<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/meioambiente.html>>. Acesso em: 11 maio 2019.

LOVISOLO, Hugo R; DEOLINDO, Jacqueline. **Ética jornalística no Brasil**: o ideal, o real e os desvios no percurso. In: Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, Braga, PT. 2008. p. 145-156. Disponível em: < <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/anuario/article/view/747>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MACIEL, Alexandre Zarate; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Desafiando a Metáfora do Espelho: Livro-Reportagem, Intersubjetividade e Compromisso Social. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo, SP. **Anais**. Governo do Estado de São Paulo, 2016. p. 1-15. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1725-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio et. al. **Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**: contexto brasileiro. São Paulo: Saúde Soc., 2008. 7 – 20 p. 17 v. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-12902008000100002&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 11 maio 2019

MARTINO, Luís Mauro Sá. A ética como estratégia no campo jornalístico. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Santos, SP. **Anais**. 2007. p. 1-15. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1664-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MELO, Isabelle Anchieta. **A defesa de uma nova objetividade jornalística**: a intersubjetividade. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, [s. 1.], 2007. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-intersubjectividade.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo** – Identidades brasileiras. 1. ed. Brasil: PAULUS Editora, 2006. 280 p.

MENDES, Rafaelle. **Um pouco sobre o Jornalismo Ambiental no Brasil**. Coletivo Bio Wit, 2012. p. 1. Disponível em: <<https://biowit.wordpress.com/2012/04/17/um-pouco-sobre-o-jornalismo-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

MOTTA, Camila Pelegrini. **Jornalismo Ambiental em rede e a Biodiversidade no foco da mídia**. Rio Grande do Sul: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências e Comunicação, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2952-1.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007. p.143-167. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019

MUNIZ, Cristiano dos Santos. **Jornalismo Ambiental: conceitos e especificidades**. 2009. 77 f. Monografia (Graduação). – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Departamento de Comunicação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22309/000739564.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 maio 2019.

NOVAES, Washington. **Eco-92: avanços e interrogações**. Estudos Avançados, 1992. 79 – 93 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a05.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

NUNES, Carlos Alberto. **Notícia e Linguagem**. ULBRA. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=FhI0ypFZrL0C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

OLIVEIRA, Fabíola de. **A história da Associação Brasileira de Jornalismo Científico**. Observatório da Imprensa, São Paulo, jan. 2019, p. 1. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/ciencia-no-brasil/a-historia-da-associacao-brasileira-de-jornalismo-cientifico/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

OLIVEIRA, Samir. **Lúcio Flávio Pinto e o Jornal Pessoal: 25 anos de resistência**. Sul21, Rio Grande do Sul, fev. 2013, p. 1. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2013/02/lucio-flavio-pinto-e-o-jornal-pessoal-25-anos-de-resistencia-no-para/>>. Acesso em: 11 maio 2019.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmom de. **A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente**. Paraná: Revista Direitos Fundamentais & Democracia, 2009. 25 p. 6 v. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/18-19-1-pb.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

PELBERT, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. 1. Ed. Iluminuras, 2003. 252 p. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=AWLADAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=biopol%C3%ADtica&ots=HFL80izt-3&sig=L6MljZoVYRwQDPUc-VS0vLZz7Mo#v=onepage&q=biopol%C3%ADtica&f=false>>. Acesso em: 11 maio 2019.

PENA, Felipe. **1000 perguntas sobre jornalismo**. 1. ed. Brasil: Grupo Gen – LTC, 2000. 287 p.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 1. ed. Brasil: Contexto, 2005. 236 p.

PEREIRA, Elenita Malta. **Um protetor da natureza: trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler**. 2011.347 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32812/000786856.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 maio 2019.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 25, n. 2, 2006. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/420/389>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

PRETARCA, Fernanda Rios. **Atuação profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental no Rio Grande do Sul**. v. 26. Brasília: IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008. 027 - 054 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Fernanda_Petrarca/publication/238797501_At_uacao_profissional_recursos_militantes_e_logicas_de_engajamento_no_jornalismo>

[ambiental no Rio Grande do Sul/links/5535b6190cf20ea35f10e2d3.pdf](#)>. Acesso em: 11 maio 2019.

PROCHNIK, Luisa. **Práticas profissionais e estratégias narrativas no jornalismo esportivo**: uma análise de notícias sobre a Seleção Brasileira na Copa do Mundo 2010 em sites jornalísticos. 2011. 183 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/38945/38945_4.PDF>. Acesso em: 30 jul. 2019.

RABELO, Desirée Cipriano. Comunicação e mobilização social: a Agenda 21 local de Vitória (ES). **São Bernardo do Campo**, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rabelo-desiree-mobilizacao-agenda-21.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

RAMID, João; RIBEIRO, Antônio. **Declaração do Rio de Janeiro**. Estudos Avançados, 1992. 153 – 159 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2019.

RAUPP, Eric. **Greta Thunberg**, ativista de 16 anos que inspirou greves pelo clima, é indicada ao Nobel da Paz. Correio do Povo, Porto Alegre, mar. 2019, p. 1. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/mundo/greta-thunberg-ativista-de-16-anos-que-inspirou-greves-pelo-clima-%C3%A9-indicada-ao-nobel-da-paz-1.326505>>. Acesso em: 11 maio 2019.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10. ed. Brasil: Editora Brasiliense, 2000. 120 p.

ROSSI, Michelle; RAMIRES, Mário Marques. A imparcialidade como conceito de qualidade jornalística. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Campo Grande, MS. **Anais**. 2012. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2012/resumos/R31-0374-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

RUBLECKI, Anelise. Teorias do Jornalismo: questões exploratórias em tempos pós-massivos. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Caxias do Sul, RS. **Anais**. 2010. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1220-1.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em Jornalismo**: uma perspectiva da teoria do conhecimento. Porto Alegre: Revista FAMECOS, 2003. 11 p., v. 10. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3219/2483>>. Acesso em: 30 jul. 2019.

STROH, Paula Yone et al. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO-FUNDAJ, 1994. 263 p. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf#page=15>>. Acesso em: 11 maio 2019.

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental** – Evolução e Perspectivas. Mato Grosso do Sul, Agir Azul na Rede, 1997. 1 p. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso em: 11 maio 2019.

7 ANEXOS

Anexo 1: O lugar onde ninguém faz selfie: para onde vai o lixo de Fernando de Noronha

(Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/01/23/o-lugar-onde-ninguem-faz-selfie-para-onde-vai-o-lixo-de-fernando-de-noronha.ghtml>>)



O lugar onde ninguém faz selfie: para onde vai o lixo de Fernando de Noronha

Usina tem papel importante na ilha e desafios para a gestão dos resíduos sólidos. Grande parte do lixo é enviado para destino final em Recife.

Por Tatiana Coelho*, G1 — Fernando de Noronha, PE
23/01/2019 06h17 - Atualizado há 8 meses



Existe um lugar em Fernando de Noronha onde ninguém faz selfie. Escondida entre a Cacimba do Padre - uma das praias mais famosas do lugar - e o aeroporto, a usina de resíduos sólidos de Noronha é a responsável por tratar o lixo produzido por moradores e turistas.



Ali, longe do visual paradisíaco, é difícil lembrar que se trata de Noronha.

O **G1** viajou até lá para a estreia da série "**Desafio Natureza**", que vai mostrar as questões ambientais que desafiam esses destinos e como cada um pode fazer a sua parte para amenizar o problema.

Veja os temas desta 1ª etapa do "Desafio":

- **Fernando de Noronha, lado B: série do G1 mostra desafios do lixo no 'paraíso'**
- A ameaça do plástico que vem do oceano (quinta, 24/1)
- Veto ao plástico descartável (sexta, 25/1)
- Como planejar sua viagem (sábado, 26/1)
- O futuro de Noronha (domingo, 27/1)
- Um passeio pela ilha (domingo, 27/1)
- Como você pode participar do desafio do lixo (a partir de 28/1)

O desafio de cuidar do lixo em um lugar como Noronha, uma área de preservação ambiental, é enorme. E ainda maior quando o número de visitantes já passa dos 100 mil por ano - recorde atingido em 2018.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



São cerca de 220 toneladas de lixo por mês, número que cresce em períodos de alta temporada como dezembro. Entre o natal e o ano novo, foram recolhidas 65 toneladas de lixo.

A ilha não tem espaço nem estrutura suficiente para lidar com esta quantidade de lixo.



Mapa mostra Fernando de Noronha — Foto: Roberta Jaworski/G1

Música embala triagem

A coleta seletiva, já anunciada pelas ruas e estabelecimentos locais, está atrasada e só deve ser implantada em março, segundo a Universo Empreendimentos, responsável pelo tratamento dos resíduos.

Por isso, o lixo chega todo misturado à usina e uma equipe faz toda a separação entre material reciclável, orgânico e não-reciclável.

Para suavizar o trabalho, além de máscaras, luvas e outros equipamentos de segurança, os funcionários ouvem música. No galpão, o som alto toca de hits cristãos a arrochas atuais.

Depois de separados, os materiais são guardados em sacos gigantes na própria usina. As latas de alumínio são prensadas em blocos, o plástico é separado por tipo.



Usina de resíduos sólidos em Fernando de Noronha — Foto: Fábio Tito/ G1

A viagem do lixo

Boa parte do lixo é mandado para o continente de barco, onde tem seu destino final em Recife. Os recicláveis vão para as indústrias responsáveis e o restante para um aterro sanitário.

“Aqui a gente não tem condições de implantar um aterro. Pela situação de fragilidade da ilha, pela limitação de espaço, o lixo tem que sair daqui, não pode ficar”, explica Silmara Erthal, gestora responsável substituta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e que é responsável pela área de proteção ambiental de Noronha.

A viagem do lixo até o continente acontece em média quatro vezes por mês e leva cerca de 40 horas.

A viagem mais recente terminou na última segunda-feira (14). O **G1** tentou fotografar a barca atracada no Porto de Recife, mas a Universo, que também é responsável por essa parte da operação, não autorizou o registro.

O caminho do lixo em Noronha
Uma parte fica na ilha e outra é levada até Recife



1 O lixo coletado vai para a unidade de tratamento

2 Lá ele é separado

Parte do que é orgânico vai virar adubo

O vidro vira areia; árvores e cascas de coco também ficam lá: são trituradas e ganham outro uso

O lixo seco reciclável também é selecionado





Os gastos com o lixo

Todo este processo tem um custo. Segundo Guilherme Rocha, atual administrador de Noronha, nos últimos três meses, o custo médio para limpeza urbana e gerenciamento dos resíduos sólidos (incluindo o deslocamento até o destino final) foi em torno de R\$ 750 mil.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



"O serviço inclui limpeza urbana e gerenciamento dos resíduos sólidos. O que estamos procurando fazer são alguns ajustes. Vamos melhorar o gerenciamento dos resíduos sólidos como um todo para reduzir os custos e preservar o meio ambiente", disse em entrevista ao **G1**.

Ainda segundo ele, atualmente 40% do que é arrecadado com a taxa de proteção ambiental, paga pelos visitantes por dia de permanência na ilha, é destinado para a limpeza urbana e o gerenciamento dos resíduos.

Expansão da reciclagem

Na ilha, o vidro é triturado e transformado em areia para construção e o lixo orgânico vira adubo depois de passar pela compostagem. As árvores podadas e o bagaço do coco também são triturados e podem ser usados em composteiras e hortas.



Aviso fala da coleta seletiva em Fernando de Noronha: previsão é que tenha início em março de 2019 — Foto: Fábio Tito/G1

Apesar da falta da coleta seletiva e de uma usina de reciclagem mais completa, Edgar Amaro Júnior, responsável pelas operações da Universo Empreendimentos, empresa que gerencia o lixo em Fernando de Noronha, acredita que a gestão do lixo na ilha está no caminho certo.

“Todo lixo recolhido é trazido para a usina, onde a gente faz a triagem de 100% do material. Hoje, nenhum tipo de resíduo produzido na ilha prejudica ou compromete Noronha. Todo material a gente trata, cuida, faz a separação e dá a destinação final”, explica.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



WYNDHAM
O melhor lugar em qualquer lugar

Reserve Agora

- Olímpia • Gramado • Foz do Iguaçu • Rio de Janeiro • São Paulo • Orlando
- Nova Iorque • Buenos Aires • 130 hotéis no mundo.

Para o futuro, além da coleta seletiva, a ideia da empresa é implantar uma nova etapa de reciclagem.

“Estamos buscando novas soluções. Compramos dois equipamentos no Rio Grande do Sul e vamos implantar os briquetes”, diz. Os briquetes ou

tijolinhos são uma fonte de energia limpa feita a partir de restos de resíduos, como madeira, pó de ferro, alumínio, cobre e até latas de alumínio.

Em Noronha, serão produzidos os briquetes com parte dos restos de árvores e bagaço do coco, que substitui a lenha e o carvão em fornos.

Também já está prevista a instalação de uma máquina de empacotamento de resíduos, que permitirá que o lixo que não pode ser reciclado chegue a Recife já compactado e ensacado.



Letas de alumínio prensadas aguardam para serem levados para o continente na usina de resíduos de Fernando de Noronha. — Foto: Fábio Tito/G1

As melhorias são esperadas e cobradas também pelo ICMBio. Segundo Silmara atualmente o tratamento do lixo na ilha está funcionando. “A gente fez um estudo ano passado e está organizado. Tem alguns detalhes que precisam ser melhorados, está faltando a coleta seletiva”, diz.

Para Edgar, o maior desafio é a conscientização de moradores e visitantes, mas Noronha pode dar exemplo para o resto do país.

“Noronha tem muitas particularidades. Você atende um público da classe média bem alta e também o público da ilha, que muitas vezes não tem tantas condições. Mas eu acho que essa conscientização e essa interação que nós conseguimos com administração da ilha, a empresa e a população pode servir de exemplo. Você poderia começar por bairros e ir expandindo para áreas maiores”, analisa.



Resíduos de poda de árvores na usina de tratamento de lixo de Fernando de Noronha — Foto: Fábio Tito/G1

* Colaborou: G1 PE

Anexo 2: Arara considerada extinta volta à caatinga ao lado de onças e outras espécies ameaçadas

(Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/02/19/arara-considerada-extinta-volta-a-caatinga-ao-lado-de-oncas-e-outras-especies-ameacadas.ghtml>>)



Arara considerada extinta volta à caatinga ao lado de onças e outras espécies ameaçadas

Redescoberta há 40 anos, arara-azul-de-lear é um dos 182 animais da caatinga em risco de extinção.

Por Elida Oliveira, G1

19/02/2019 06h01 - Atualizado há 8 meses



Arara-azul-de-lear é foco de ações de preservação. — Foto: Marcelo Brandt/G1

O grito da arara ecoa pelo sertão da Bahia nas primeiras horas do dia. O chamado vem de uma das 1.700 araras-azuis-de-lear que vivem na região do Raso da Catarina, na caatinga, o bioma mais biodiverso do planeta. Elas só existem nesta parte do mundo. Monogâmicas, voam em duplas ou em trio, quando o filhote ainda não se desprende dos pais. No amanhecer, elas saem em busca do licuri, um coquinho que cresce aos cachos em palmeiras da região. Chegam a percorrer até 60 km ao dia atrás de alimento. Ao entardecer, retornam à morada.



A aparente normalidade da cena esconde um problema: a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) está em perigo de extinção. Outros **182 animais da caatinga também estão ameaçados**, como a onça-pintada e a parda, que quase desapareceram do semiárido nos últimos anos.

No caso das araras, os esforços para recuperar a população passam pela manutenção dos espaços nos quais elas vivem, pela educação ambiental e pela luta contra o tráfico de animais.

Para conhecer estas ações, o **G1** percorreu 1,6 mil quilômetros no sertão da Bahia e visitou as regiões do Raso da Catarina e do Boqueirão da Onça como parte do especial "**Desafio Natureza**". Antes, a série de reportagens tratou do **lixo** em Noronha. **(Veja bastidores da série, 10 fatos e soluções para um problema que vai além da ilha.)**



Retorno de arara quase extinta na caatinga mostra os desafios da conservação de espécies

Da 'redescoberta' à preservação

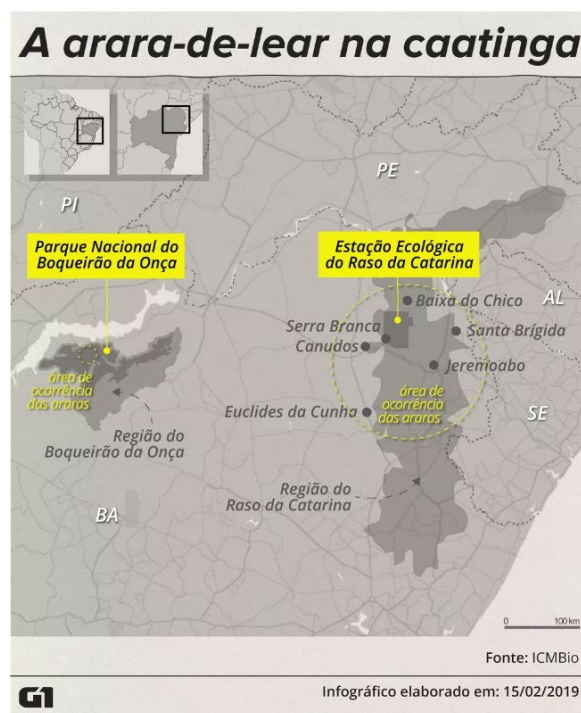
A arara-azul-de-lear é o único psitacídeo (família de aves que inclui os periquitos, araras e papagaios) alvo da Aliança Brasileira para Extinção Zero (Baze). Ela também está na lista vermelha da BirdLife International, uma das principais referências em preservação de aves.

A outra arara foco de preservação é a ararinha-azul, da espécie *Cyanopsitta spixii*, criticamente ameaçada e já extinta na natureza. **Foi esta espécie que inspirou o personagem Blu** do filme Rio, lançado em 2011 com direção do brasileiro Carlos Saldanha. Em todo o mundo, estima-se que existam apenas 160 destas aves, todas em cativeiro

(confira as diferenças e semelhanças entre as espécies no quadro ao fim da matéria).

Para que a arara-azul-de-lear não tenha o mesmo destino da ararinha-azul, diversos projetos estão sendo desenvolvidos para estimular o crescimento da população, que vive e se alimenta na região de Canudos, Serra Branca, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Santa Brígida e Baixa do Chico (veja quadro abaixo). Eles são focados em preservação da área e do licuri, principal alimento desta ave.

No Boqueirão da Onça, a quase 400 km dali (ou 250 km, em linha reta), uma iniciativa inédita na região busca repovoar a área onde antes havia cerca de 30 araras-de-lear, mas agora tem apenas duas. Especula-se que as demais tenham sido levadas por traficantes nos anos 1990. Um projeto monitora a soltura de seis novos indivíduos naquele espaço para incentivar a reprodução da espécie.



Locais de ocorrência da arara-de-lear na caatinga — Foto: Igor Estrella/G1

Uma das ações de preservação do espaço das araras está em Canudos, a cidade conhecida pela guerra que terminou em 1897 com 25 mil mortos. A poucos quilômetros do centro da cidade fica a Toca Velha, um vale formado por paredões de arenito que ganhou este nome porque é onde as araras fazem suas tocas, dentro de buracos.

Mantido pela Fundação Biodiversitas, o espaço tem entrada controlada de visitantes, o que garante tranquilidade para a reprodução da espécie e inibe a ação de traficantes de aves, diz Tania Maria Alves da Silva, bióloga e gerente da Estação Biológica de Canudos.

Foi lá que uma expedição coordenada pelo ornitólogo alemão Helmut Sick "redescobriu" a arara-azul-de-lear na virada de 1978 para 1979.

Até então, sua existência só era conhecida por meio de uma ilustração de 1832 feita pelo artista inglês Edward Lear (daí o nome da arara) e pela descrição de 1856 feita por Charles Lucien Bonaparte (sobrinho de Napoleão Bonaparte) a partir de exemplares taxidermizados do Museu de Paris e do Zoológico da Bélgica. Como ninguém sabia a procedência da arara, pensava-se que ela estava extinta.



Toca Velha, dormitório das araras-de-lear, em Canudos — Foto: Marcelo Brandt/G1

Helmut Sick, naturalizado brasileiro, soube de relatos de que poderia haver este tipo de arara no sertão baiano e foi atrás do bicho.

“Em 5 de janeiro chegamos à 'Toca Velha', num dos desfiladeiros (ou 'talhados', no linguajar regional) usado como dormitórios e criadouros pelas araras. Atravessando o rio Vaza-Barris penetramos em outro desfiladeiro (no limite sul do Raso da Catarina) atingindo a 'Serra Branca' onde, em 16 de janeiro, coletamos um exemplar de *A. leari* (o primeiro obtido em natureza por um ornitólogo), assegurando assim a necessária prova da descoberta” - Helmut Sick, em artigo publicado na "Revista Brasileira de Zoologia da USP", em 1987.



Casal de arara-de-lear sobrevoa a área da Toca Velha, em Canudos. Local é mantido pela Fundação Biodiversitas. — Foto: Marcelo Brandt/G1

O que a história oficial não conta é que quem ajudou Sick a localizar as araras foi Eliseu Alves, pai de Eurivaldo Macedo Alves, guarda-parques da Fundação Biodiversitas, instituição que atualmente mantém a Toca Velha.

“Meu pai foi garimpeiro, então conhecia muito as araras que tinha [na região]. Ele disse [para Helmut Sick]: ‘Arara tem. Você dorme aqui e amanhã cedinho elas aparecem’. Quando foi de manhã, já apareceram seis. Aí foi onde gerou todo o começo de conservação”, conta.

“Quando iniciou-se o trabalho, eram contadas 60 araras. Hoje a gente já consegue contar 1.700. [Antes] Vinham muitos apanhadores de araras a mando dos traficantes. Bastou que a gente controlasse a entrada humana e, automaticamente, o número de araras aumentou”, diz Tania Maria Alves da Silva, bióloga e gerente da Estação Biológica de Canudos, onde fica a Toca Velha.



Cânion seco da Baixa do Chico, local que tem atraído araras-de-lear desde 2014. — Foto: Marcelo Brandt / G1

Expansão para novas áreas

Com o crescimento da população, as araras-de-lear estão se espalhando para outras áreas. Uma delas é o cânion seco da Baixa do Chico, que fica dentro da reserva indígena da tribo dos Pankarares. O cânion também é formado por paredões de arenito.

O local chegou a ser cenário da minissérie Amores Roubados, de 2014. É lá que o personagem de Cauã Reymond (Leandro Dantas) foge de uma emboscada armada pelo personagem de Murilo Benício (Jaime Favais) com um tiro na barriga. [\(Veja a cena\)](#)

De acordo com a bióloga Erica Pacífico, coordenadora geral do grupo de pesquisa e conservação da arara-azul-de-lear, a presença destas aves nesta região era constante até 1980. Depois, não apareceram mais. “[Sumiram] porque foram perseguidas, caçadas, capturadas e perturbadas nos dormitórios”, explica.



Araras-de-lear no cânion seco da Baixa do Chico. Local já foi habitado pelas araras, que sumiram na década de 1980; em 2014, elas começaram a voltar ao local. — Foto: Marcelo Brandt/G1

Segundo o biólogo Thiago Filadelfo, a área era palco de competições de motocross. "Nossa equipe colocou placas manuais pedindo que não houvesse trânsito nos horários mais sensíveis para as araras e conversamos com a comunidade indígena explicando para que eles agissem como protetores", afirma.

"A recepção foi boa. Ouviram e disseram: 'Agora quem toma conta somos nós'", disse.

Com o fim das competições, cessaram os barulhos, e as araras começaram a voltar para a Baixa do Chico em 2014.

"Primeiro, foi um casal, depois dois, agora já tem na base de umas 100 araras já. Aqui, ninguém mexe muito com elas. A partir das 16h, essa parte [acesso ao cânion] é isolada e, graças a Deus, está dando certo", diz o cacique Milton Santos Nascimento. "Acho que voltaram pra cá porque se agradaram do lugar, está bem cuidado", avalia.

"É importante preservar para que não desapareçam porque, no futuro, meus netos e tataranetos vão ver estes animais", diz Milton.

Espécies de arara-azul

Confira semelhanças e diferenças

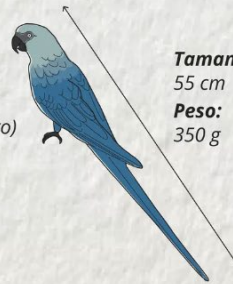
Ararinha-Azul

Cyanopsitta spixii

Situação: criticamente ameaçada/extinta na natureza

População: 160 (em cativeiro)

Ocorrência: Curaçá (BA)*



Tamanho:

55 cm

Peso:

350 g

Arara-azul-pequena

Anodorhynchus glaucus

Situação: possivelmente extinta

População: não estimada

Ocorrência: bacia dos rios Paraná e Uruguai, e no RS*



Tamanho:

69 cm

Peso:

não informado

Arara-azul-de-lear

Anodorhynchus leari

Situação: perigo crítico de extinção

População: 1.700

Ocorrência: Raso da Catarina e Boqueirão da Onça, no norte da Bahia



Tamanho:

71 cm

Peso:

940 g

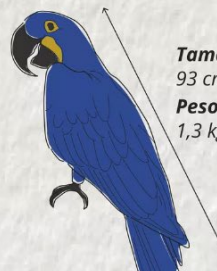
Arara-azul-grande

Anodorhynchus hyacinthinus

Situação: vulnerável

População: 6.500

Ocorrência: Brasil Central, Pantanal, Sul da Amazônia (Pará), Sudeste do Maranhão, Sudoeste do Piauí, Noroeste da Bahia, Norte de Goiás e Minas Gerais

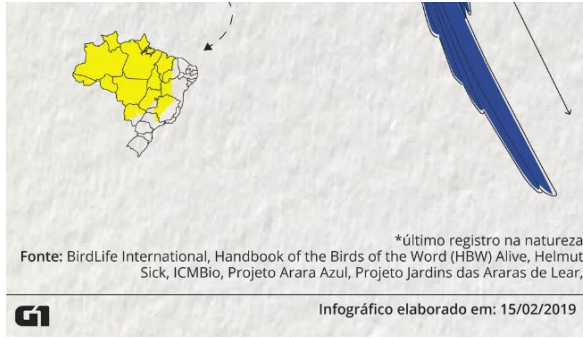


Tamanho:

93 cm

Peso:

1,3 kg



— Foto: Roberta Jaworski / G1

Anexo 3: Parque mais procurado de MG reduz visitação pela metade e espera ações para garantir 'turismo sustentável'

(Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/26/parque-mais-procurado-de-mg-reduz-visitacao-pela-metade-e-espera-acoes-para-garantir-turismo-sustentavel.ghtml>>)

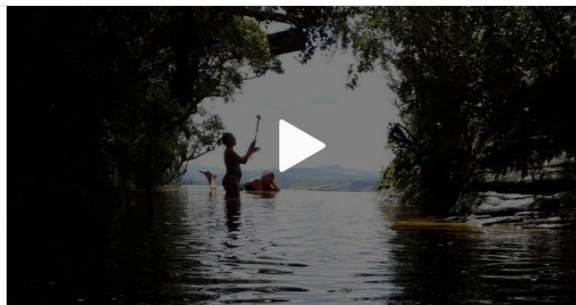


Parque mais procurado de MG reduz visitação pela metade e espera ações para garantir 'turismo sustentável'

Filas, erosão no solo, pichação de grutas e caos em vila vizinha levaram a Justiça de MG a reduzir de 1.200 para 600 o número de turistas por dia no Parque do Ibitipoca.

Por Vivian Reis, G1

26/03/2019 06h00 · Atualizado há 6 meses



G1 Desafio Natureza: preservação da biodiversidade limita turismo no Ibitipoca

Há 300 anos, o ouro estava na mira de sonhadores. Atualmente, a "água com cor de Coca-Cola" e a "Janela do Céu", convidativa para selfies, são as atrações que levam aventureiros ao topo da serra onde fica o Parque Estadual do Ibitipoca.



As belezas espalhadas em meio a um mar de morros fizeram desse parque estadual o mais visitado de Minas Gerais. Mas denúncias de prejuízos causados pelos turistas ao meio ambiente levaram, em 2018, à **imposição de um limite de 600 visitantes por dia**.



Parque Estadual do Ibitipoca - Turista faz pose para foto na janela do Céu — Foto: Dimas Stephan/G1

Um ano depois da restrição, ainda faltam investimentos em estrutura, novos planos de manejo e estudos que ajudem a garantir um modelo de “turismo sustentável” na região. A erosão nas trilhas que levam a grutas espalhadas pelos 1.488 hectares de Ibitipoca está no topo da lista de problemas denunciados ao Ministério Público.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

O mundo é mais bonito com você

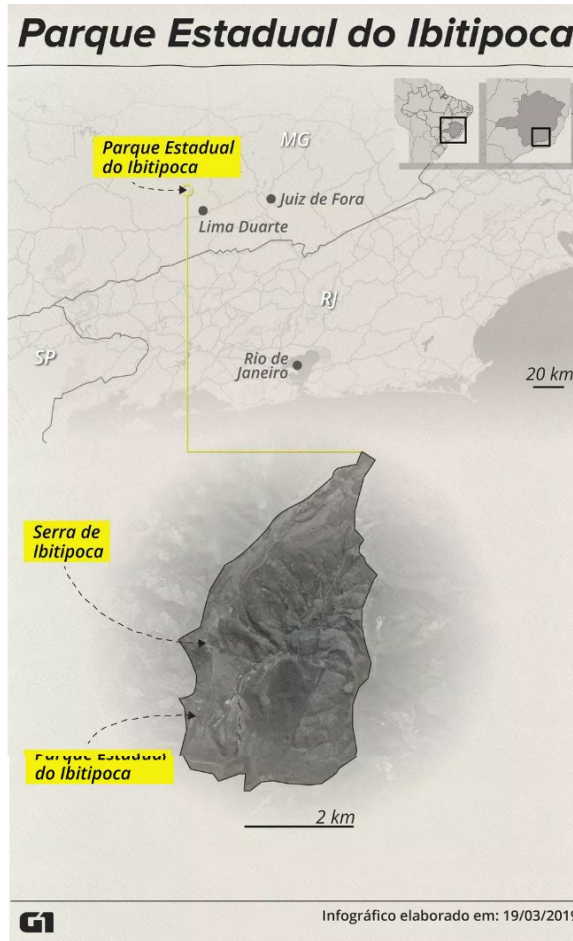
O que uma marca de beleza pode fazer pelo mundo?

Saiba mais

Só no ano passado foram mais de 80 mil turistas sobre o solo de quartzito (veja infográfico abaixo) das trilhas que levam a grutas e cachoeiras.

O **G1** esteve em Ibitipoca para ouvir turistas, comunidade e administradores na série de reportagens do **Desafio Natureza** que, nesta etapa, avalia como o turismo também pode ser abordado como uma questão ambiental.

- Arara considerada extinta volta à caatinga ao lado de onças e outras espécies ameaçadas
- Fernando de Noronha, lado B: série do G1 mostra desafios do lixo no 'paraíso'



Parque Estadual do Ibitipoca - localização — Foto: Igor Estrella/Arte/G1

Limite alterado e denúncias

As restrições ao turismo em Ibitipoca começaram em 2006. O plano de manejo estimava que um limite de 800 pessoas por dia não causaria prejuízos para a biodiversidade do parque.

Entretanto, em 2015, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão ligado ao Governo de Minas Gerais, liberou a entrada de até 1.200 turistas por dia, apoiado na justificativa de ter realizado melhorias na estrutura.

Após a ampliação, a Promotoria de Justiça de Lima Duarte recebeu denúncias apontando que, entre outros pontos, a nova regra trazia danos à flora e danos ao solo do parque, além de contrariar o plano de manejo e criar demanda incompatível com o total de funcionários.



Parque Estadual do Ibitipoca - trabalhador puxa areia que se acumula nas trilhas pelo pisoteio — Foto: Dimas Stephan/G1

Em 2016, o MP abriu investigação. Um estudo preliminar da capacidade de carga apontou o limite de 600 visitantes por dia.

"Os peritos constataram processos erosivos, falta de monitoramento dos visitantes e chegaram a este número", explicou a promotora Natalia Salomão de Pinho.

Em março de 2018, a promotoria fechou um acordo extrajudicial com o IEF, que se comprometeu a adotar o limite de 600 pessoas.

"O inquérito ainda está em andamento e essa limitação pode mudar. O próximo passo é aguardar o resultado de um estudo mais aprofundado, que será feito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e financiado pelo MP", disse a promotora Natalia.

O acordo do MP com o IEF também prevê implantar trilhas suspensas, venda online de ingressos e ações de educação ambiental, além da elaboração de um plano de monitoramento de trilhas e outro de manejo para as grutas.

limitação pode mudar. O próximo passo é aguardar o resultado de um estudo mais aprofundado, que será feito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e financiado pelo MP", disse a promotora Natalia.

O acordo do MP com o IEF também prevê implantar trilhas suspensas, venda online de ingressos e ações de educação ambiental, além da elaboração de um plano de monitoramento de trilhas e outro de manejo para as grutas.

Funcionários, moradores da região e guias afirmam que a única mudança no parque no último ano foi a redução do número de turistas. Nenhuma outra medida saiu do papel. A UFJF também não recebeu o financiamento para execução do novo estudo até a publicação desta reportagem.



Parque Estadual do Ibitipoca - Vista geral da região no circuito da Janela do Céu — Foto: Dimas Stephan/G1

Desafios do Parque do Ibitipoca

A redução de 1.200 para 600 visitantes no parque é motivo de polêmica em Conceição do Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte que depende do ecoturismo na região. Para especialistas na área, a redução é oportunidade para discutir como medir impacto do turismo e como construir um modelo sustentável.

Abaixo, entenda os principais pontos citados no inquérito (*estrutura, erosão, pichação e impacto na vila*) e saiba o que dizem especialistas e a comunidade.



Parque Estadual do Ibitipoca - há registro de 32 variedades de bromélia no parque — Foto: Vivian Reis/G1

Estrutura e filas

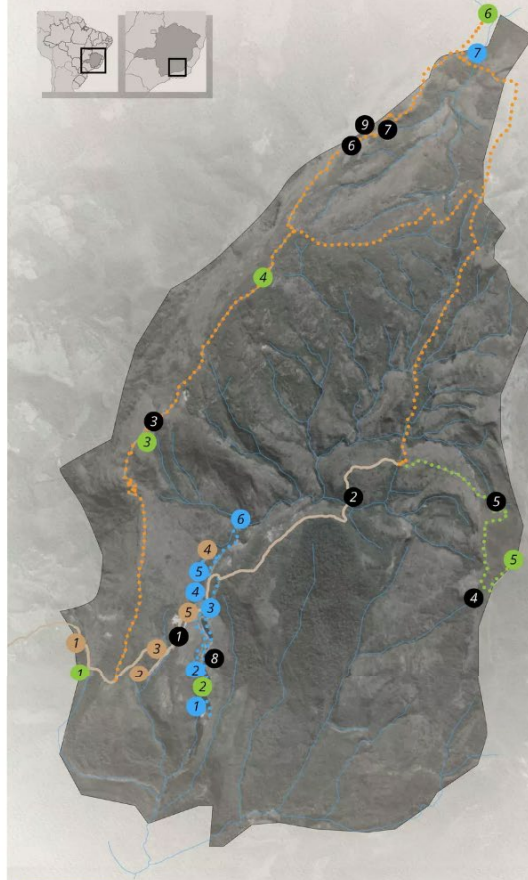
De acordo com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Parque Estadual do Ibitipoca teve média de 90 mil visitantes nos últimos cinco anos, atraídos pela grande concentração de grutas, cachoeiras e mirantes, rodeados por uma vegetação que se alterna entre campos rupestres, campos de altitude e florestas.

O visitante, segundo o IEF, tem acesso a 2,82% da área total da unidade. A área de visitação é dividida em três circuitos:

- **Circuito da Janela do Céu:** com grutas, cachoeiras e mirantes ao longo de 16 km de caminhada, ida e volta, percorridos em aproximadamente seis horas;
- **Circuito do Pião:** um trajeto de 9 km de extensão, percorridos em cerca de quatro horas, que inclui as ruínas da capela de Bom Jesus da Serra e duas grutas;
- **Circuito das Águas:** que se estende por 5 km onde estão concentradas cachoeiras e piscinas naturais.

O que fazer no Parque do Ibitipoca

Mirantes, grutas e lagos estão entre os atrativos



Trilhas

- Trilha comum
- Circuito das Águas
- Circuito Pico do Pião
- Circuito Janela do Céu

Estabelecimentos do parque

- 1 Portaria
- 2 Alojamento
- 3 Centro de Visitantes
Administração
- 4 Ducha
- 5 Restaurante

Mirantes

- 1 Mirante do Poente
- 2 Ponte da Pedra
- 3 Pico do Cruzeiro
- 4 Pico da Lombada
- 5 Pico do Pião
- 6 Janela do Céu

Cachoeiras

- 1 Cachoeira dos Macacos
- 2 Lago das Miragens
- 3 Prainha
- 4 Prainha das Elfes
- 5 Lago Negro
- 6 Lago dos Espelhos

Grutas

- 1 Gruta dos Coelho
- 2 Gruta do Monjolinho
- 3 Gruta da Cruz
- 4 Gruta dos Viajantes
- 5 Gruta do Pião
- 6 Gruta dos Fugitivos

7 Cachoeirinha	7 Gruta dos Três Arcos
	8 Gruta dos Gnomos
	9 Gruta dos Moreiras
Fonte: Instituto Estadual de Florestas (IEF)	
G1	Infográfico elaborado em: 19/03/2019

Parque Estadual do Ibitipoca - circuitos e atrativos do parque — Foto: Rodrigo Sanches/Arte/G1

O primeiro circuito é o mais famoso. "No feriado, a Janela do Céu fica cheia, com 400 pessoas buscando um local que enche com 20. Já fiquei 2 horas e 30 minutos esperando minha turma", conta Rodrigo Paranhos, o Minhoca, guia turístico e frequentador do parque desde 1982.

O guia avalia que faltam informações para o turista. "As pessoas param na bifurcação, leem a placa 'Janela do Céu' e vão sem saber que percorrerão a pé 16 km de trilha para ir e voltar, durante aproximadamente seis horas, com riscos de esgotamento físico e sem bons calçados, água e lanches", afirma.



Parque Estadual do Ibitipoca - vista a partir do mirante Janela do Céu, atrativo mais procurado da unidade — Foto: Dimas Stephan/G1

Em 2016, ano em que o MP iniciou as investigações sobre os impactos do excesso de visitantes no parque, **uma jovem caiu do famoso mirante**, após escorregar enquanto fazia uma foto na beira do atrativo. Sobreviveu porque, ao alcançar o final da primeira queda, com mais de 30 metros de altura, parou em um poço.

O gestor do parque, João Carlos Lima de Oliveira, culpou a turista pelo acidente. "Total imprudência dela. Existem placas no local falando que é uma área de risco, temos funcionários próximos, tanto é que o funcionário estava próximo da área. Ela se aventurou a chegar na beirada de uma cachoeira", afirmou.

Erosão

O parque fica sobre uma formação de quartzito. Esse solo torna a paisagem curiosa porque são visíveis as camadas que compõem as rochas, proporcionando atrativos como o Paredão de Santo Antônio, com dois mirantes, e a Prainha, um banco de areia às margens do Rio do Salto.

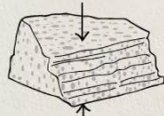
Formação rochosa do Ibitipoca

Solo de quartzito está sujeito à erosão,
uma das ameaças ao parque

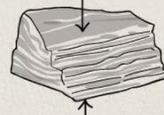
Quartzito



Há milhões de anos, a área do Ibitipoca era um lugar com muita areia



A sobreposição de grãos de areia formou uma rocha sedimentar chamada arenito



O peso das camadas de arenito, aliadas a um processo de pressão e temperatura, formaram o quartzito



Apesar de ter a areia em sua composição, o quartzito é altamente resistente e se destaca na paisagem

Erosão

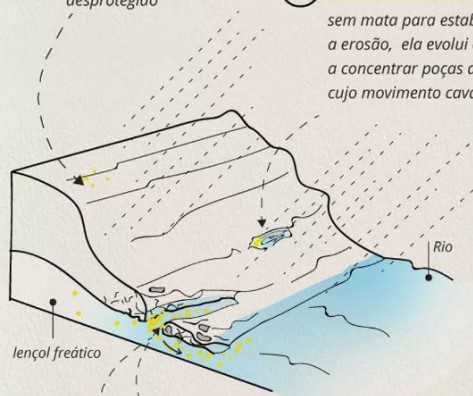
há 3 etapas de erosão

1ª Laminar

a chuva e o vento levam embora camadas de partículas de um solo desprotegido

2ª Sulcos ou ravinas

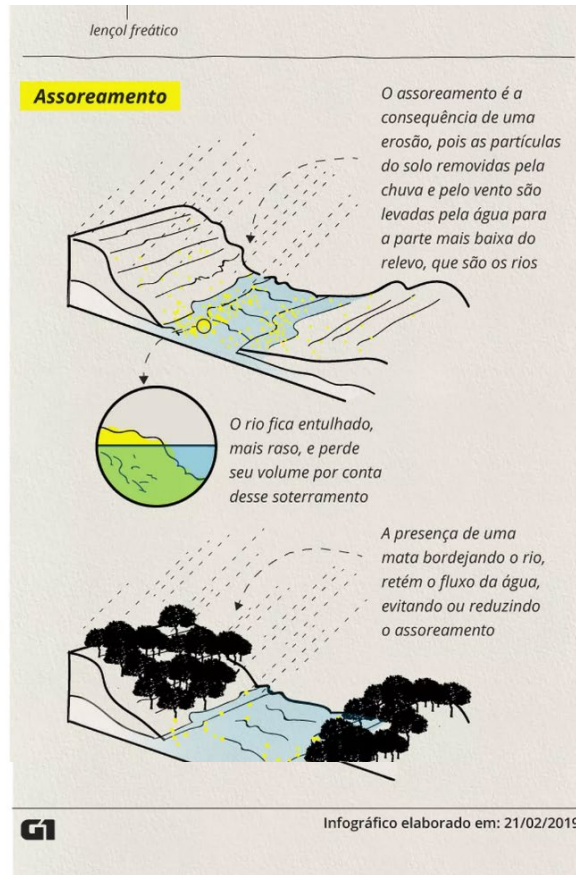
sem mata para estabilizar a erosão, ela evolui e passa a concentrar poças de água, cujo movimento cava o solo



3ª Voçoroca

sem tratamento, a água penetra o solo e a área passa a perder partículas pela superfície (sulcos) e pela subsuperfície (lençol freático), até o momento em que o terreno





Parque Estadual do Ibitipoca - rochas e erosão — Foto: Arte/G1

O tipo de rocha também impacta na coloração das águas, ácidas e espumantes, que variam do dourado ao marrom, tingidas pelo tanino das folhas e filtradas pelo solo poroso.



Parque Estadual do Ibitipoca - Pisoteio da trilha forma sulcos, que expõe o quartzito à erosão pela água — Foto: Vivian Reis/G1

"O excesso de pessoas nas trilhas aumenta a formação de sulcos, canaletas, erosão chamada voçoroca. Quando a água da chuva passa por ali, ela afunda o solo ainda mais e leva os sedimentos para os rios, causando assoreamento. Hoje, há lagos que tinham profundidade considerável onde hoje a água bate no joelho", explica Gabriel Fortes, integrante de uma das famílias pioneiras do Ibitipoca e dono da agência Sauá Turismo.



Parque Estadual do Ibitipoca - Trilha em recuperação — Foto: Dimas Stephan/G1

Pichação

A Serra do Ibitipoca abriga pelo menos 70 cavidades, todas elas de quartzito, de acordo com a Sociedade Brasileira de Espeleologia. Nelas vivem aranhas, insetos, anfíbios, algumas espécies de morcegos, pacas, gatos-do-mato e andorinhões, ave migratória que anualmente deixa o frio do Canadá para o período de acasalamento no Brasil.

No parque, nove cavernas estão abertas à visitação e cada uma ajuda a recontar a história da colonização da região, como a Gruta dos Viajantes, que servia de abrigo para muitos tropeiros, e Gruta dos Fugitivos, que foi esconderijo para escravos.

O **G1** encontrou marcas deixadas por turistas em algumas grutas, que assinaram seus nomes por meio da fricção de pedras nas paredes.



Parque Estadual do Ibitipoca - marcas deixadas por turistas nas paredes de grutas são alvo de inquérito — Foto: Dimas Stephan/G1

"Atribuímos isso a ação de vândalos. Pichações nós temos no mundo todo, inclusive aqui, infelizmente. As pessoas querem deixar sua marca, seu nome e a data de quando estiveram aqui. Mas é importante destacar que essas marcas são da década de 1980. Nosso público hoje é muito diferente, mais consciente", disse João Carlos Lima de Oliveira, gestor do parque.



Parque Estadual do Ibitipoca - Cachoeirinha, um dos atrativos no circuito Janela do Céu — Foto: Dimas Stephan/G1

Vila

O parque fica a 100 km de Juiz de Fora e abrange os municípios de Bias Fortes, ao leste, Santa Rita do Ibitipoca, ao norte, e Lima Duarte, ao sul e ao oeste. Lima Duarte, cujo nome homenageou em 1884 o visconde José Rodrigues de Lima Duarte, ministro da marinha e senador do Império à época, possui diversas vilas, entre elas, Conceição do Ibitipoca, que abriga pousadas e restaurantes a 3 km da portaria do parque.

Se por um lado são beneficiados pela alta procura dos turistas, por outro, os moradores e comerciantes de Conceição reconhecem que a vila de pouco mais de mil habitantes não tem estrutura para atender a um grande volume de visitantes.

"As datas mais difíceis e complicadas são os feriados. É quando falta água e luz porque a população flutuante triplica", afirma Márcia Macambira, chef e dona do restaurante Serrafina, acrescentando que o trânsito fica caótico, com tempos de percursos que saltam de 5 minutos para 40 minutos.



Parque Estadual do Ibitipoca - rua da Vila de Conceição de Ibitipoca, que parte da cidade de Lima Duarte. — Foto: Dimas Stephan/G1

Avanços na estrutura

Na opinião dos moradores do Ibitipoca, o parque não suportou o limite de 1.200 visitantes em feriados devido à falta de infraestrutura e organização para esse volume de turistas.

"O parque está lindo e tem uma ótima estrutura, mas se quer receber mais gente, tem que melhorar. A venda online de parte dos ingressos poderia evitar filas; abordagens simples, como a distribuição de pulseiras de cores diferentes para cada circuito poderiam evitar superlotação em atrativos; se todos que assistissem a um vídeo de educação ambiental na entrada, talvez reduziria a ocorrência de pichações", avalia o guia Gabriel Fortes.



Parque Estadual do Ibitipoca - uma das grutas espalhadas pela área do parque — Foto: Dimas Stephan/G1

O turismólogo e gestor da Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca, Márcio Lucinda, aposta na abertura de novos atrativos dentro e fora do parque.

"É necessário que se discuta a possibilidade de abertura de mais um ou dois roteiros dentro do parque, como o roteiro 'Circuito das Águas parte alta'. A criação de um acesso ao norte do parque também reduziria o pisoteio das trilhas, pois ao invés de ir e voltar para a portaria principal, os turistas atravessariam a serra uma única vez e gerariam desenvolvimento para as comunidades do entorno, distribuindo melhor o turismo na região", afirma Márcio Lucinda.



Parque Estadual do Ibitipoca - águas 'cor de coca-cola' atraem milhares de turistas a Ibitipoca todos os anos — Foto: Dimas Stephan/G1

Um dos responsáveis por ajudar a definir o destino do turismo no Parque Estadual do Ibitipoca é o pesquisador Cezar Henrique Barra Rocha, líder do Núcleo de Análise Geo-Ambiental (Nagea) da UFJf.

A equipe do pesquisador já realizou estudos de capacidade no parque, sempre por meio do método de Miguel Cifuentes, que leva em consideração as trilhas, e não os atrativos.

"A capacidade física do Lago dos Espelhos, por exemplo, é de 12.500 turistas por dia. Quando entram fatores de correção, como raízes expostas, falta de estrutura física e comunicação no trajeto, essa capacidade cai para 104 visitantes", afirmou o professor. "Corrigindo esses problemas, a capacidade poderia aumentar", disse.



Parque Estadual do Ibitipoca - pontos de circuito da água — Foto: Dimas Stephan/G1

Para alguns especialistas, como o professor Sidnei Raimundo, da Universidade de São Paulo (USP), outros métodos podem ser mais eficientes do que o estudo da capacidade de carga. "O estudo da capacidade de carga é frágil porque foca em números", afirma o professor.

"Para que ocorra turismo sustentável é preciso pensar em um tripé: uma perna é a resiliência do local, a outra são os moradores do entorno e, no meio, o visitante. Os métodos VIM (Visitor Impact Management) e LAC (Limits of Accetable Change) trabalham com isso", explica.

"Em outras palavras, um turismo sustentável é aquele que considera o ambiente por meio de técnicas que garantam sua capacidade de regeneração, que envolvam as comunidades locais nos processos de decisão, e que o visitante tenha acesso a um conjunto de atividades de forma que seja mais emancipatório, uma abordagem ambiental mais emancipatória", disse o professor Sidnei Raimundo, da USP.

Anexo 4: Saguis 'invasores' se proliferam em Florianópolis com 'ajuda' de alimentação indevida

(Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/04/27/saguis-invasores-se-proliferam-em-florianopolis-com-ajuda-de-alimentacao-indevida.ghtml>)



Saguis 'invasores' se proliferam em Florianópolis com 'ajuda' de alimentação indevida

Espécie originária do Cerrado chegou na ilha nos anos 1960 e agora compete com animais nativos e traz riscos à saúde humana.

Por Patrícia Figueiredo, G1

27/04/2019 06h00 · Atualizado há 5 meses



Saguis podem ser vistos no Parque Municipal do Córrego Grande em Florianópolis — Foto: Celso Tavares/G1

Carismático, o sagui-de-tufos-pretos conquistou a simpatia dos moradores de Florianópolis. Não é difícil ver o primata interagindo com visitantes em parques da capital catarinense.

O contato entre humanos e saguis, no entanto, pode ser prejudicial às duas espécies: o sagui transmite doenças ao homem e perde a capacidade de procurar alimento na natureza depois de se habituar ao alimento oferecido por humanos.

Além disso, o sagui-de-tufos-pretos não é nativo de Santa Catarina: trazido na boleia de caminhoneiros nos anos 1960, o animal chegou ao estado por meio do tráfico ilegal e se reproduziu até tornar-se uma espécie exótica invasora.

Ainda não se sabe o tamanho do prejuízo ambiental que a espécie está causando no ecossistema da ilha, mas é possível o sagui compete por alimento com primatas nativos, como o macaco-prego, e pode preda ovos e filhotes de aves nativas.

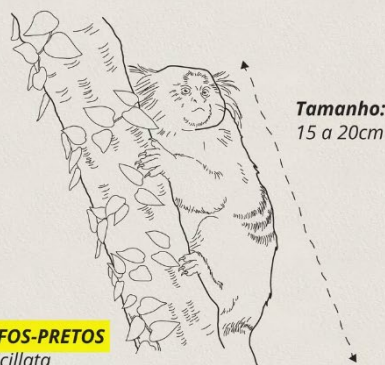
Nesta semana, o **Desafio Natureza** do **G1** publica uma série de reportagens sobre impactos ambientais, sociais e econômicos que as espécies invasoras causam a partir da história do javali, do sagui-de-tufos-pretos, do mexilhão-dourado e do pinheiro.

- **20% das 'espécies exóticas invasoras' no Brasil estão em SC e causam prejuízos para natureza e economia**
- **'Bioinvasão' com aproximadamente 200 mil javalis causa prejuízos e reação de caçadores em SC**
- **Permissão para caça do javali com cães, armadilhas e armas agora pode ser solicitada em processo digital**
- **Pinheiros invadem dunas de Florianópolis**



Sagui-de-tufos-pretos no Brasil

Ocorrência original do animal se limita às áreas de Cerrado



SAGUI-DE-TUFOS-PRETOS
Callithrix penicillata

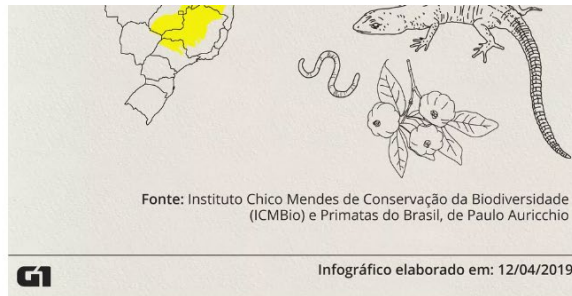
Peso: 250g

Ocorrência original:



Alimentação: Sementes, flores, frutos, néctar e pequenos animais como insetos, moluscos, artrópodes, anfíbios e lagartos, além de filhotes de aves e de mamíferos





— Foto: Roberta Jaworski/G1

Contato humano

Os saguis já fazem parte do dia-a-dia de Florianópolis. Moradores e turistas estão acostumados a encontrar o animal nos arredores de parques ou em áreas próximas a matas remanescentes.

83% dos visitantes do Parque Municipal do Córrego Grande e 92% dos moradores dos arredores avistam os saguis com frequência, segundo pesquisa feita pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O parque é o maior urbano de Florianópolis, com cerca de 21 hectares de Mata Atlântica.

Os saguis também são comuns em trechos do Parque Estadual do Rio Vermelho e em áreas de mata ao redor da Lagoa da Conceição.

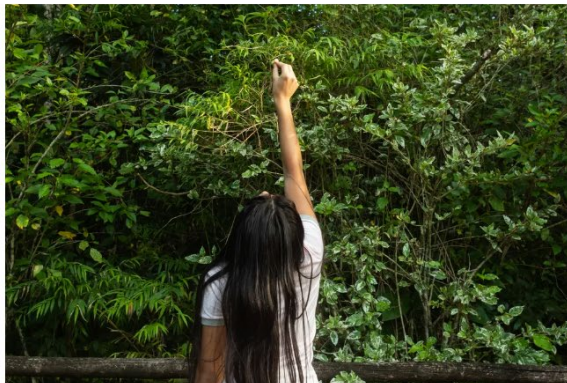


Sagui-de-tufos-pretos no Parque Municipal do Córrego Grande, em Florianópolis — Foto: Celso Tavares/G1

O problema é que, além de tirar fotos ao avistar os saguis, alguns moradores ainda insistem em alimentar o animal. 13% dos moradores e 7% dos frequentadores do Parque do Córrego Grande admitem oferecer alimento aos saguis. Dos moradores, 63% relataram que os saguis têm costume de entrar nos seus terrenos, isto é, ultrapassar os limites do parque. Destes, 24% afirmaram que os animais entram nas casas em busca de alimento.

“As pessoas dão comida para esses animais porque ele é fofinho, bonitinho, é uma prática comum. Elas deixam um pratinho com frutas para promover a aproximação do animal silvestre. Isso é feito na ilha toda”, explica a bióloga Cristina Valéria Santos, que estuda os saguis há mais de 15 anos.

A alimentação provida pelo homem faz com que os animais se tornem menos capazes de encontrar o próprio sustento. “Eles acabam se tornando mais fortes e não passam pelas privações naturais que os animais silvestres passam”, afirma Santos. “Isso vai impactar positivamente na reprodução e vai deixar os saguis em vantagem em relação às espécies nativas.”



Jovem oferece frutas para atrair saguis no Parque Municipal do Córrego Grande, em Florianópolis — Foto: Celso Tavares/G1

O contato estabelecido entre saguis, animais domésticos e humanos também pode promover a disseminação de doenças. O intercâmbio de patógenos é facilitado pela proximidade genética entre os primatas e os humanos.

“Todos os animais selvagens podem transmitir doenças, assim como nós podemos transmitir doenças para o sagui também”, explica a veterinária Cristiane Kolesnikovas. Dentre as enfermidades que eles hospedam estão varíola, sífilis, raiva e herpes.

No Ceará, o sagui é um dos principais transmissores de raiva para humanos, segundo estudo do Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen). Dados do Ministério da Saúde mostram que houve aumento no número de casos de raiva humana nos anos em que foram registrados mais saguis contaminados pela doença no Nordeste.

A espécie também é altamente suscetível à febre amarela. Os saguis atuam como uma espécie de sentinela contra a doença já que, em geral, são os primeiros a contrair o vírus, o que permite que as autoridades adotem medidas de prevenção para evitar que os surtos cheguem aos humanos.

Biodiversidade

Além dos riscos à saúde, o sagui também pode representar uma ameaça à biodiversidade de Florianópolis.

“Eles competem por alimento com as nossas espécies nativas”, diz Kolesnikovas. Um dos animais nativos que tem alimentação similar a dos saguis é o macaco-prego.

“Por serem animais generalistas, que comem de tudo, os saguis-de-tufos-pretos também podem atacar ninhos, comer ovos ou filhotes de passarinhos e causar desequilíbrio ambiental nas espécies daqui”, diz a veterinária Cristiane Kolesnikovas.

Para a bióloga Cristina Santos, ainda faltam estudos capazes de demonstrar o impacto da superpopulação de saguis nas espécies nativas da ilha de Santa Catarina.

“É fato que ele está aumentando sua área de distribuição aqui mas a gente ainda não sabe exatamente o impacto disso na biodiversidade e nas populações de espécies nativas”, diz.



Visitantes e moradores oferecem alimento para os saguis na ilha de Santa Catarina — Foto: Celso Tavares/G1

Ainda não há evidências científicas da predação contínua e crescente de ovos de aves por saguis. Por isso não é possível determinar que essa predação é a causa principal do desaparecimento de espécies de aves em Florianópolis. Outros fatores que prejudicam as aves nativas na cidade são o crescimento urbano acelerado, a diminuição e fragmentação de áreas com florestas e também a captura de aves para criação e tráfico ilegal.

Pesquisadores avaliam que a invasão biológica dos saguis-de-tufos-pretos nos parques da região Sul do Brasil é uma ameaça constante a essas áreas protegidas. No entanto, as ações para controle dessas bioinvasões não visam erradicar a espécie invasora, já que em muitos casos a medida é praticamente impossível graças a facilidade de instalação e dispersão dos saguis.

Responsável pelo Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), que acolhe saguis apreendidos em operações da Polícia Ambiental, Cristiane Kolesnikovas acredita que eventuais medidas de controle só terão resultado no longo prazo.

“Para começarmos algum projeto de controle populacional precisaria ser feito primeiro um levantamento de quantos animais a gente tem na ilha para que, depois, no caso de um processo de castração, a gente tenha certeza que todos os animais estão castrados”, diz.

Educação ambiental

A falta de conhecimento sobre espécies exóticas invasoras contribui para que o sagui se dissemine ainda mais em Florianópolis. 46% dos visitantes do Parque do Córrego Grande ainda acreditam que a espécie é nativa da ilha de Santa Catarina. Para mudar esse cenário, projetos de educação ambiental se intensificam.

No Parque Estadual do Rio Vermelho, condutores ambientais explicam aos visitantes como a espécie tornou-se exótica invasora e quais riscos sua disseminação oferece. Para isso, alguns dos saguis-de-tufos-pretos encaminhados ao Cetas ficam expostos em recintos ao longo da Trilha do Rio Vermelho. Ao todo, 18 saguis vivem em cativeiro no Cetas. Por serem espécies exóticas, os animais apreendidos não podem ser reintroduzidos na natureza em Santa Catarina.



Sagui fica em recinto aberto ao público no Parque Estadual do Rio Vermelho — Foto: Celso Tavares/G1

No Parque Municipal do Córrego Grande também são realizadas atividades para promover a conscientização sobre espécies exóticas invasoras.

"Antigamente, quando a gente fazia as intervenções, as pessoas achavam muito ruim a gente falar que não pode dar banana para o sagui então às vezes a gente era recebido de maneira agressiva", lembra Silvane Dalpiaz, coordenadora de educação ambiental da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram).

Para Dalpiaz, a situação começou a melhorar por conta das atividades realizadas com crianças que visitam o parque em excursões escolares. "As crianças levam essa percepção para a casa, e normalmente, quando voltam com suas famílias ao parque já têm outro entendimento", explica.



Área de piquenique no Parque Municipal do Córrego Grande atrai saguis pela oferta de alimentos — Foto: Celso Tavares/G1

O trabalho de educação ambiental feito pela Floram é focado na explicação de como o sagui chegou à ilha e qual a participação do ser humano em sua disseminação e introdução.

O trabalho de educação ambiental feito pela Floram é focado na explicação de como o sagui chegou à ilha e qual a participação do ser humano em sua disseminação e introdução.

"Se nós seres humanos não revermos nossa relação com o ambiente e não entendermos que nós somos o ambiente, nós vamos continuar prejudicando, impactando e trazendo espécies de outros lugares", afirma Silvane Dalpiaz.

Izaías dos Santos, condutor ambiental no Parque Estadual do Rio Vermelho, se esforça para passar essa mensagem aos visitantes que encontram o sagui na trilha do Rio Vermelho.

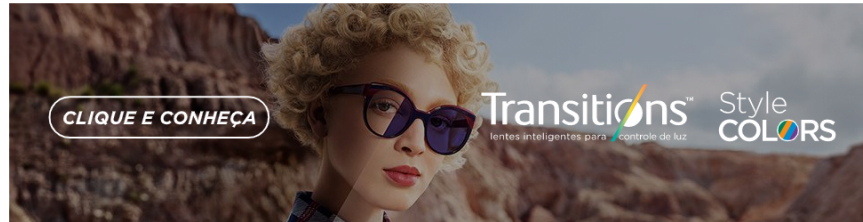
"O sagui é visto como uma praga pela sociedade mas ele não tem culpa", diz. "O verdadeiro culpado da grande população desse animal são as pessoas que tiveram ele [como animal] doméstico no início, quando ele começou a vida dele aqui em Florianópolis."

Introdução da espécie

O sagui-de-tufos-pretos é uma espécie nativa do Cerrado. Sua distribuição natural não atinge o estado de Santa Catarina. Acredita-se que ele chegou até Florianópolis principalmente por meio do tráfico ilegal de animais silvestres.

Os primeiros animais apareceram nos anos 1960 trazidos por caminhoneiros que vinham do Nordeste. Muitos ofereciam o animal como bicho de estimação aos moradores da ilha, que com frequência abandonavam os saguis na mata pouco depois. Só em 2012 o Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina proibiu a venda de saguis em todo o estado.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



A devolução inadequada à natureza de animais apreendidos também pode ter contribuído para a disseminação do sagui no estado. Isso ocorre porque apenas em 2004 o Ibama publicou uma instrução normativa que regulamenta a reintrodução de animais nas matas. Ainda hoje, por conta da falta de informações, muitas devoluções de animais à natureza são feitas fora de seus habitats originais e em desacordo com as necessidades das espécies.



Sagui de tufo-preto é espécie invasora em Santa Catarina — Foto: Celso Tavares/G1

Sagui pelo Brasil

O tráfico ilegal de animais silvestre levou o sagui-de-tufos-pretos para diversas regiões do país. Além de Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro também têm focos de distribuição do animal em áreas que não são seu habitat natural.

Em Ilhabela, a espécie foi introduzida por turistas que têm saguis como animais de estimação e os levam para passear nas férias. O Parque Estadual de Ilhabela estima que já existam pelo menos 250 indivíduos em toda a ilha. O ONG Animalia, localizada em São Sebastião, recebe animais silvestres capturados pela Polícia Ambiental ou por agentes da secretaria estadual de Meio Ambiente. Em 2018, 15 saguis foram acolhidos pela instituição.

No Rio de Janeiro, o Laboratório de Ecologia de Mamíferos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) já está castrando os saguis machos que são apreendidos e encaminhados à universidade. O processo é feito sem cirurgia, por meio de uma injeção química.

A superpopulação de saguis em todo o país dificulta até mesmo o encaminhamento dos animais apreendidos pelo Ibama ou pelas Polícias Ambientais estaduais.

"Os saguis hoje já são um problema nacional então é difícil dar um destino diferente para os animais que nós temos aqui em cativeiro", explica Cristiane Kolesnikovas, do Cetas. "Os zoológicos, as instituições legalizadas e até mesmo os laboratórios de pesquisa que poderiam acolher os animais apreendidos em áreas de invasão já estão todos lotados de saguis."